



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

CRIME, VINGANÇA E JUSTIÇA NA VIDA CONTEMPORÂNEA:

A execução do brasileiro Marco Archer vista pelos seus conterrâneos

HELOÍSA TRAIANO MUNDT

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

CRIME, VINGANÇA E JUSTIÇA NA VIDA CONTEMPORÂNEA:
A execução do brasileiro Marco Archer vista pelos seus conterrâneos

Monografia submetida à Banca de Graduação como
requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social/ Jornalismo.

HELOÍSA TRAIANO MUNDT

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Rêgo Junqueira

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Crime, Vingança e Justiça na Vida Contemporânea: A execução do brasileiro Marco Archer vista pelos seus conterrâneos**, elaborada por Heloísa Traiano Mundt.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Rêgo Junqueira
Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ
Departamento de Fundamentos da Comunicação – UFRJ

Profa. Pós- Dra. Ilana Strozenberg
Pós-Doutora em História pela PUC-Rio
Departamento de Fundamentos da Comunicação – UFRJ

Prof. Pós-Dr. Márcio Tavares D'Amaral
Pós-Doutor em Filosofia pela Sorbonne (Paris V)
Departamento de Teorias da Comunicação – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

MUNDT, Heloísa Traiano

Crime, Vingança e Justiça na Vida Contemporânea: A execução do brasileiro Marco Archer vista pelos seus conterrâneos. Rio de Janeiro, 2016.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientadora: Maria Helena Rêgo Junqueira

MUNDT, Heloísa Traiano. **Crime, Vingança e Justiça na Vida Contemporânea: A execução do brasileiro Marco Archer vista pelos seus conterrâneos.** Orientadora: Maria Helena Rêgo Junqueira. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender, em primeira instância, a lógica que permeia as relações de vingança e ressentimento entre a sociedade e os indivíduos rotulados como criminosos na vida contemporânea, para entender o que motiva a população a recorrer ao Estado como provedor da Justiça em sua função de regulador social. Assim, abre-se o caminho à análise de um caso recente que incitou intensas discussões sobre este tema no Brasil: a morte de Marco Archer, o primeiro brasileiro executado por um país estrangeiro, após ser condenado à pena capital sob a acusação de tráfico de drogas pelo governo da Indonésia em janeiro de 2015. Neste contexto, foi observada a repercussão dos seus últimos momentos de vida e da sua execução em portais digitais da imprensa brasileira, com principal enfoque nos discursos dos leitores que demandavam a sua morte. Com isso, pretende-se, ainda, identificar a influência do paradigma da impunidade no Estado brasileiro - que permeia o cotidiano e o imaginário da população - sobre a lógica acima descrita e, particularmente, sobre a formação da opinião pública quanto à execução de Marco Archer.

AGRADECIMENTOS

À querida Professora Maria Helena Junqueira, que desde o primeiro momento aceitou com entusiasmo e dedicação insuperáveis me orientar neste projeto;

Aos meus pais, Anna e Sergio, que me acompanharam do primeiro ao último passo nos últimos quatro anos com todo o seu amor;

À minha irmã, Letícia, por não deixar de acreditar no caminho que escolhi por nem mesmo um segundo;

Aos amigos que fiz na faculdade, sem os quais a vida universitária jamais seria tão inesquecível, por torcerem com tanta alegria pelo nosso presente e futuro;

À Professora Marie Santini, que soube ensinar os prazeres da busca por conhecimento como poucos poderiam;

À Escola de Comunicação da UFRJ, que me recebeu de braços abertos e agora me deixa seguir com uma nova visão sobre o mundo,

Muito obrigada.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. DIREITO, PODER E CRIME NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	11
2.1. O Direito e o poder simbólico	11
2.2. Vida em comunidade: a norma, a civilização e a barbárie.....	13
2.3. O interacionismo simbólico e o etiquetamento social	14
3. A VONTADE DE JUSTIÇA NAS RELAÇÕES SOCIAIS	22
3.1. O ressentimento e o espírito de vingança	22
3.2. O valor heroico da vítima	28
3.3. O imaginário da impunidade e o anti-herói brasileiro	30
4. O CASO MARCO ARCHER: UM OLHAR BRASILEIRO SOBRE JUSTIÇA, VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE	35
4.1. A história e a cobertura da imprensa brasileira no caso Marco Archer	35
4.2. A corrida contra o tempo e o suplício do brasileiro arrependido	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

1. INTRODUÇÃO

Enquanto se deparam frente à contínua necessidade de estabelecer valores para delimitar os comportamentos a serem considerados aceitáveis na vida cotidiana, as organizações sociais criam conjuntos de regras para a convivência entre os seus membros. Embora estes sistemas normativos se façam presentes em diversas esferas da compreensão humana – sejam elas sociais, morais, religiosas ou jurídicas -, é interessante notar a força simbólica atribuída particularmente às determinações do Direito Penal no interior das sociedades ocidentais, seguindo o caminho trilhado pelas elaborações de diversos autores, a exemplo do francês Pierre Bourdieu. Isso porque os aparelhos de Justiça são legitimados como os instrumentos de aplicação punitiva pelo Estado, em sua função de regulador das relações humanas, na tentativa de reestabelecer a ordem no meio social quando as suas próprias regras forem quebradas pelos seus indivíduos.

Com estas elaborações iniciais em mente, o objetivo primordial deste trabalho é traçar o arcabouço necessário à análise de um caso recente que incitou intensas discussões em 2015 no Brasil sobre a aplicação de penas aos infratores das leis pela Justiça: a execução do brasileiro Marco Archer, que foi flagrado no Aeroporto Internacional de Jacarta, na capital da Indonésia, quando tentava entrar no país com 13,4 kg de cocaína escondidos dentro dos tubos de uma asa delta em 2003. Por esse motivo, ele foi condenado à pena de morte por tráfico de drogas em um dos países com as leis de combate ao narcotráfico mais rígidas do mundo. Depois de 11 anos no corredor da morte indonésio, Archer foi executado em janeiro de 2015 pelo seu crime - e, assim, se tornou o primeiro brasileiro a sofrer a pena capital no exterior.

Os últimos momentos de vida e a execução de Marco Archer foram pauta de grande repercussão no Brasil e geraram fortes discussões entre os seus conterrâneos. Em janeiro de 2015, uma intensa e crescente cobertura jornalística teve início na imprensa brasileira, a partir do momento em que o governo indonésio anunciou que a execução do réu, junto a outros condenados, aconteceria em três dias. Torna-se interessante notar, assim, que, embora tivesse sido levado ao corredor da morte há mais de dez anos, foi na iminência da sua punição que ele ganhou as manchetes dos jornais – o que se tornou o pontapé inicial às fortes discussões sobre o seu destino na mídia e nos espaços de debate social à disposição dos brasileiros.

É com o propósito de analisar esta lógica, que confere a legitimidade necessária às leis do Direito Penal para que estas se estabeleçam no interior do corpo social, que este trabalho dá início à sua trajetória reflexiva, no primeiro capítulo, com a busca pela base conceitual

necessária ao aprofundamento dos princípios por trás da constituição dos sistemas de regras sociais. Neste sentido, vale reforçar que o rápido afloramento do debate sobre a história de Marco Archer pode ser considerado especialmente emblemático, uma vez que reflete a força simbólica das aplicações penais para a sua sociedade de origem e oferece a oportunidade de iniciar uma reflexão sobre o significado da busca pela sensação de Justiça após a violação das regras sociais.

Em seguida, o segundo capítulo recorre à tradição nietzschiana para discutir o lugar atualmente ocupado pelas forças do ressentimento e da vontade de vingança no meio social. Esta investigação conceitual se faz especialmente relevante à análise dos discursos – não raramente marcados por falas de forte passionalidade – de muitos brasileiros que clamavam pela execução de Marco Archer. Sob a afirmação de que a sua rigorosa penalização seria o caminho necessário à reparação dos crimes cometidos pelo réu, a parcela da sociedade brasileira que se reconhece como a comunidade de vítimas afetadas pelos transgressores se mobiliza na tentativa de alcançar a sensação de justiça pela deliberada violação das leis do seu contrerrâneo.

Desta forma, é necessário, então, resgatar elaborações sobre o protagonismo das vítimas na crescente demanda pela punição dos infratores das leis na contemporaneidade – exigência que pode chegar a níveis impossíveis de serem saciados pelos aparelhos estatais de Justiça, como sustenta a psicóloga Érika Reis. É assim que este processo pode ser desmembrado e, portanto, analisado sob um olhar diferente em seus efeitos subsequentes. Dentre as suas implicações, pretende-se explorar, sobretudo, o reforço à construção do imaginário de impunidade entre os membros do corpo social como uma tendência generalizada neste contexto – e, ainda, a influência deste paradigma para o Brasil, na medida em que tal imaginário carrega concepções que permeiam de forma singular o cotidiano da população local sobre a lógica acima descrita.

Neste sentido, o terceiro capítulo deste trabalho terá como objetivo analisar a repercussão do caso de Marco Archer no Brasil, a partir de uma amostra da cobertura da imprensa brasileira na internet nos últimos dias antes da sua execução. O principal enfoque será a reação dos brasileiros em três grandes portais digitais de alcance nacional ao debater a representatividade da figura do réu para seu país de origem e o significado do primeiro episódio em que um brasileiro foi oficialmente condenado à pena de morte por um país estrangeiro. Esta constitui-se ainda como uma oportunidade de avaliar a função da mídia como produtora de narrativas sociais e, conseqüentemente, dos componentes protagonistas à formação da opinião

pública neste contexto. Isso porque cabe aos meios de comunicação delimitar o recorte factual dos seus relatos e, então, atribuir significados aos seus elementos – que reproduzem e reforçam ideias presentes no imaginário social. Assim, a partir da recapitulação dos conceitos trabalhados anteriormente, o estudo deste caso tem o objetivo de ilustrar sob um novo olhar concepções já tão enraizadas na lógica político-punitiva contemporânea - além de identificar elementos socioculturais particulares ao contexto brasileiro capazes de influenciar a opinião pública sobre a história de Marco Archer.

2. DIREITO, PODER E CRIME NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Na medida em que o homem se constitui essencialmente como ser social, como diz Aristóteles, é possível notar que a tendência das organizações sociais é criar estruturas de poder capazes de organizar a convivência humana e, assim, mediar os seus eventuais conflitos. A partir de então, emergem sistemas de normas consideradas de caráter comum a todos os membros de cada corpo social, cuja primeira premissa é a exigência do seu cumprimento universal. Neste sentido, se faz especialmente relevante explicitar alguns dos princípios protagonistas por trás desta lógica e, sobretudo, compreender a força simbólica das normas judiciais e do Direito Penal – para, assim, desvendar alguns dos seus efeitos nas interações humanas.

2.1. O Direito e o poder simbólico

Na segunda metade do século XX, em um dos seus mais emblemáticos trabalhos, o sociólogo Pierre Bourdieu sustentou a importância de reconhecer que a noção de poder está presente por toda a parte na contemporaneidade - embora, em diversos momentos, se faça necessário um esforço para descobrir este poder onde até então parecia completamente ignorado. Este é, precisamente, o berço do conceito sobre o qual o autor francês se debruçou em “O Poder Simbólico”, seguindo a trilha inicialmente traçada por Michel Foucault. Para Bourdieu (2002), o “poder simbólico” é o poder que se espalha invisível pelo meio social – e, no entanto, só existe porque conta com a cumplicidade de quem o exerce e, ao mesmo tempo, das pessoas que lhe estão sujeitas.

Neste sentido, os sistemas simbólicos - em que se incluem, por exemplo, a arte, a religião e a língua, conforme a tradição neo-kantiana - são instrumentos da comunicação e do conhecimento responsáveis pela integração lógica e moral da sociedade, na medida em que constroem o sentido do mundo social pela enunciação. Formam, assim, consensos que passam a equivaler aos próprios sentidos, como assinala Bourdieu ao resgatar concepções elaboradas por Durkheim. Portanto, para exercer tal “poder estruturante”, é necessário que estes símbolos sejam, por sua vez, estruturados - ou seja, investidos de poder simbólico.

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o

conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências. (BOURDIEU, 2002, p.10)

Desta forma, Bourdieu destaca a função político-ideológica dos sistemas simbólicos que, por serem instrumentos estruturados e estruturantes, contribuem para que uma classe possa dominar outra. Estas forças de violência simbólica se manifestam sob a forma de relações de sentido, ao serem classificadas sob ordens diversas - que podem ser, por exemplo, filosóficas, religiosas ou jurídicas. Ou seja, os sistemas simbólicos só encontram as condições para se exercerem quando são reconhecidos no meio social, e não tidos como meramente arbitrários. Em outras palavras, para influenciar e transformar a visão e a ação do mundo, o poder simbólico depende da crença na legitimidade das palavras de seu enunciador.

É assim que o filósofo francês nos guia à compreensão do Direito como o poder simbólico por excelência, uma vez que os conflitos do espaço social são levados ao campo jurídico para que sejam regulados por profissionais que detêm o conhecimento da lógica ali estabelecida. As partes envolvidas no conflito abrem mão de encontrar suas próprias soluções para estes conflitos, conferindo ao Estado-Juiz a legitimidade para determinar a resolução do debate em questão da forma mais apropriada. (CAMPELLO, 2009)

Nas palavras de Bourdieu, o veredicto do juiz

representa a forma por excelência da palavra autorizada, palavra pública, oficial, enunciada em nome de todos e perante todos: estes enunciados performativos, enquanto juízos de atribuição formulados publicamente por agentes que atuam como mandatários autorizados de uma coletividade e constituídos assim em modelos de todos os atos de categorização [...], são atos mágicos que são bem sucedidos porque estão à altura de se fazerem reconhecer universalmente, portanto, de conseguir que ninguém possa recusar ou ignorar o ponto de vista, a visão, que eles impõem. (BOURDIEU, 2002, p 236-237).

É importante ressaltar ainda que as normas jurídicas se colocam como símbolos cujo conteúdo não é passível de debate, uma vez que são aplicadas pela autoridade jurídica. Toda a possibilidade de debate é concentrada durante a aplicação da norma, no momento em que as partes devem expor suas demandas e pretensões perante o Estado. No entanto, mesmo assim, o Direito em sua concepção primária não pretende levar em consideração os aspectos para além das suas regras - como os sentimentos, crenças ou sentimentos daqueles que são julgados perante a lei. Isso porque sua missão é a de controlar a conduta humana frente à convivência marcada pelos conflitos da coletividade, reestabelecendo a ordem quando esta é afetada pela

violação das regras estabelecidas previamente pelo mundo social. (CAMPELLO, 2009; JUNIOR & DIAS, 2010)

2.2. Vida em comunidade: a norma, a civilização e a barbárie

Já no século IV a. C., Aristóteles disse que “O homem é um ser social”. O objetivo de uma interpretação como esta é destacar que os seres humanos precisam da experiência da vida social para concretizar seus objetivos. Assim, ao analisar a declaração do filósofo grego, Junior e Dias (2010) ressaltam que, em última análise, por depender das relações humanas, o homem tem na coexistência um dos seus maiores fundamentos.

Mais de vinte séculos depois, como observam os dois autores, Immanuel Kant (*apud* JUNIOR & DIAS, 2010) aponta, no mesmo sentido, que o destino dos seres humanos é viver em comunidade, na companhia de outros, uma vez que não há alternativa para o homem além de existir e permanecer nas limitações da esfera do planeta em que vive. No entanto, a convivência é permeada por conflitos dos mais diversos tipos que, para serem resolvidos, se apoiam na construção de estruturas de poder dentro de uma sociedade. É assim que surge o “paradigma do homem civilizado”, ainda nas palavras de Junior e Dias (2010), que se refere àquele que se preocupa com seus semelhantes em meio a tais conflitos. Na contramão, a figura do bárbaro toma forma como aquele que rompe com as regras e ultrapassa os limites criados pelos homens polidos para garantir o predomínio do convívio social pacífico.

O bárbaro é representado como esteticamente feio e moralmente corrompido. É estereotipado como perverso e desprovido de freios inibitórios cujo habitat é estabelecido nas margens da cultura preconizada pelo homem de imagem civilizada e virtuosa. Esta representação simbólica e profundamente presente na história da civilização se materializa através de específicas bipolaridades: o *maniqueísmo* em que o mundo (social) pode ser dividido entre o *bem* e o *mal*, especialmente quando a questão a ser tratada é aquela concernente aos desvios comportamentais mais explícitos. (JUNIOR & DIAS, 2010, p. 262-263)

Para governar a convivência entre os homens de bem e os homens maus - que estariam em preocupante expansão, criando cada vez mais obstáculos à vida sadia destes primeiros (ANDRADE, 2003) - são criadas as normas sociais. Desde as sociedades pré-letradas às pós-industriais, não existem organizações de pessoas que deixem de recorrer às regras para se ordenar, conforme nos diz Nilo Batista (2007). Estes sistemas de normas podem abranger as mais diversas esferas - sejam elas sociais, morais, religiosas ou jurídicas.

Deve-se notar, assim, que as normas classificadas como jurídicas, ligadas ao Direito Penal, apresentam características que lhes são próprias. Dentre elas, a principal é, segundo Melo (1998 *apud* JUNIOR & DIAS, 2010), o seu caráter de exigibilidade, uma vez que àquele prejudicado pela violação de uma norma deve ser reservado o direito de reclamar o exercício da força pelo Estado para que o mesmo atue em sua defesa. O cumprimento obrigatório e efetivo da norma jurídica, portanto, é o que dá razão e legitimidade à existência do Direito Penal, se estabelecendo como sua principal distinção para as outras classificações de normas sociais (BOBBIO *apud* JUNIOR & DIAS, 2010)

Sob a luz destas ideias, o Direito Penal pode ser considerado como “o conjunto das prescrições emanadas do Estado que ligam ao crime como fato a pena como consequência” (VON LISZT, 2006). Enquanto isso, Salo de Carvalho (2008) acrescenta que estas normas são levadas como instrumentos de regulação da sociedade, porque jazem sobre a concepção de que o poder civil deve ser instituído para anular o estado de guerra e de corrupção inerentes ao estado de natureza do homem. Em outras palavras, é necessário limitar os desejos humanos para garantir que as tensões do convívio social sejam devidamente controladas.

Assim, fica nas mãos do Estado o poder de regulador social, que deve pôr esta função em prática quando as leis de convivência forem de alguma forma violadas. A legitimação desta dinâmica, portanto, está condicionada à concordância dos homens em moderar sua liberdade em troca da segurança oferecida pela execução do papel do Estado. Neste contrato, o Direito Penal se faz o mecanismo de proteção dos valores e interesses ali estabelecidos. Na Modernidade, as ciências criminais ocupam, assim, posição central na busca pela felicidade que refuta a barbárie em nome da civilização. E, para isso, lançam mão das suas estruturas de poder, que tendem à dominação de alguns grupos por quem efetivamente toma as decisões que regem o corpo social. (CARVALHO, 2008)

2.3. O interacionismo simbólico e o etiquetamento social

Mantendo em vista o conceito de Poder Simbólico de Bourdieu, podemos olhar para o pensamento do sociólogo George Herbert Mead (1918) como mais uma ocasião em que a noção do simbolismo protagoniza a lógica da regulação social. Não é à toa que o autor é considerado o fundador da escola designada “interacionismo simbólico”. Para o pensador estadunidense, a ação de um organismo ganha significado quando compreendida como uma reação à ação de outro organismo. Quando este pensamento é transposto às relações humanas, os gestos se

tornam conscientes: são despidos de significado direto e assumem significado simbólico. Isto é, enquanto são criados tais símbolos, os elementos da vida social adquirem sentidos comuns construídos por meio das interações entre as pessoas.

O interacionismo simbólico é muito influenciado pelos pensadores do pragmatismo, para quem a verdade não se configura por uma correspondência direta entre as ideias subjetivas e os objetos existentes no mundo externo - mas, sim, como uma prática. Enquanto o pragmatismo tinha o indivíduo como grande foco, teóricos da sociologia acrescentaram na primeira metade do século XX que cada situação é definida no meio social em que está inserida. Neste mesmo sentido, W. I. Thomas e D. S. Thomas (1928) estabeleceram um dos principais fundamentos da sociologia, com a seguinte consideração: “Se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas consequências”.

A escola do interacionismo simbólico se define sob a premissa de que os homens agem frente a cada coisa ou situação com base no significado que as mesmas têm para eles. Cada um destes significados, por sua vez, é definido pelas relações sociais que o cercam e vai se transformando com as interpretações de cada pessoa que se depara com estes elementos ao longo da vida. Todos estes conceitos permeiam claramente a interpretação de Mead sobre a dinâmica da Justiça criminal. Para percorrer o caminho deste raciocínio, o autor ressalta, em “The Psychology of Punitive Justice”, que o grande objetivo dos procedimentos do tribunal é provar se o réu cometeu ou não um determinado ato considerado criminoso. Caso tenha efetivamente sido autor da ação em questão, deverá responder às punições previstas por lei para aquela categoria específica de delito, a ser também determinada pelas instâncias judiciais. Para Mead (1918), a convicção neste procedimento estabelece a punição como o instrumento de concretização da Justiça pelo bem da sociedade em geral.

No entanto, em nenhum momento fica pressuposto que a imposição de uma pena ao réu deva ser capaz de gerar um bem social imediato maior do que o mal que esta mesma punição pode causar, naquele momento, ao acusado ou à sua família. Porém, a crença na Justiça criminal é interpretada como a garantia de proteção da sociedade, como diz Mead. Mesmo com todas as suas possíveis falhas, o aparelho de Justiça se apresenta aos cidadãos que se submetem às suas regras como uma forma de prevenção às ações criminosas ou de retribuição à sociedade pelos crimes já concretizados. Sob esta lógica, o sofrimento do criminoso é, na verdade, calculado para satisfazer àqueles que se sentem ofendidos pelo mal causado nas acusações que lhe são imputadas. Além disso, este infrator deve sofrer o bastante para que a sua pena sirva

como exemplo a outros membros daquele corpo social, na tentativa de evitar que novos delitos semelhantes ocorram no futuro.

É importante ressaltar que, ainda que estejam sujeitos a diversas variações em sua definição para cada tipo de sociedade, os atos criminosos guardam como fator comum a essência da ofensividade ao coletivo. Não há ação que nasça como crime: para que seja assim interpretada, deve passar pela reprovação do meio social. Logo, é possível notar que a determinação de uma punição está diretamente ligada à reação passional de coletividade ao delito em julgamento. (FABRIS & ROCHA, 2013)

No mesmo sentido, Mead afirma que o respeito pelas leis se deve ao reconhecimento emocional dos deveres acarretados pela inserção do indivíduo em uma comunidade.

Quais são, então, os valores evidenciados e mantidos pelas leis da justiça punitiva? O valor mais claro é a teórica aplicação imparcial da vontade comum. Este é um procedimento que se compromete a reconhecer e a proteger o indivíduo no interesse do bem comum e de acordo com a vontade comum. Ao aceitar a lei e depender dela, o indivíduo está em concordância com a comunidade, enquanto esta mesma atitude carrega consigo o reconhecimento da sua responsabilidade em obedecer e apoiar a lei em sua aplicação. Nesta concepção, a lei comum é uma afirmação de cidadania. (MEAD, 1918, p. 584)

Para o autor, a Justiça criminal organiza o sentimento público para defender os bens sociais e as suas instituições contra aqueles que são considerados inimigos - ou que possam vir a sê-lo. Assim, a definição do criminoso carrega consigo a definição dos seus bens e das suas instituições. A sociedade como um todo tende, então, a clamar pela punição daqueles que invadem os limites estabelecidos pelos direitos ligados às suas instituições - tais como a família, a propriedade, o indivíduo ou o governo.

O respeito pela lei é também um respeito à organização da sociedade em torno da defesa contra o inimigo, sustentada por procedimentos legais e judiciais. É assim que a legitimação da lei como parâmetro social envolve ainda outro aspecto emocional no que diz respeito à estigmatização daquele que é julgado por ter cometido um crime. Ao ser reconhecido como ofensor da sociedade, surge o desejo de reação a este elemento, que é considerado a causa da perturbação no meio social.

A partir deste ponto, Fabris e Rocha argumentam, em “Sociedade, Mídia e Crime: a compreensão social dos transgressores”, que é o instinto de conservação do ser humano que leva à vontade de fazer o criminoso pagar pela sua ameaça às pessoas e às suas crenças - e não uma ponderação racional sobre a sua efetiva nocividade. Neste processo, a exclusão daqueles

que não cumprem as leis contribui para a solidificação da noção de cidadania entre os membros de um grupo. Mais uma vez, fica clara a influência da passionalidade da reação social sobre o processo criminal - designado pelos autores como “destrutivo” no aparelho da Justiça moderna. Mead (1918), por sua vez, ressalta que esta “atitude de hostilidade” é meramente defensiva e, assim, acaba desconsiderando sua funcionalidade para o convívio social. Em outras palavras, não consegue erradicar o crime, trazer de volta os chamados “delinquentes” às relações com a sociedade ou fortalecer os direitos e as instituições transgredidas.

Neste mesmo sentido, em “Lições de Direito Penal”, Fragoso afirma que:

O crime é um fenômeno sócio-político, que se deve basicamente a um conjunto de fatores ligados à estrutura econômico-social, em relação aos quais o Direito Penal tem muito pouca influência. Não se resolve o problema da criminalidade com o Direito Penal. É inútil tentar evitar certas ações tornando-as delituosas. (FRAGOSO, 2004, p.6)

Por outro lado, este posicionamento da sociedade frente ao criminoso é capaz de unir todos os membros de uma comunidade em meio à “solidariedade emocional da agressão”, nos termos de Mead (1918). Ou seja, mesmo os cidadãos que permanecem indiferentes ou divididos perante a outros assuntos da sua vida cotidiana encontram valores comuns e universais no desejo de punição daquele que infringiu as leis do grupo. Neste sentido, a atitude de hostilidade de uma comunidade frente ao criminoso, embora falhe em sua busca da supressão dos delitos no meio social e esteja, portanto, atrelada ao caráter destrutivo do processo criminal na Justiça moderna, é também uma estrutura de solidificação da sociedade e, com isso, local de surgimento do patriotismo. Isso acontece na medida em que caminha lado a lado com a apaixonada valorização das suas instituições religiosas, políticas, familiares e de propriedade - suspendendo temporariamente diferenças e oposições entre os membros do grupo. É neste processo que são ativadas as emoções coletivas que avaliam os valores defendidos pela comunidade e, em contraposição, os interesses daquele indivíduo que cometeu um delito e, agora, é considerado o inimigo.

Já nos EUA da década de 1960, sob forte influência do interacionismo simbólico, corrente sociológica já brevemente analisada neste capítulo, começou a tomar forma a teoria do etiquetamento social. Também conhecida como “teoria da rotulação ou “labeling approach”, esta é uma abordagem criminológica do processo de rotulação no meio social, conforme nos explica Sell (2007). O grande diferencial deste pensamento é a sua compreensão da genealogia do conceito de crime, na medida em que a mesma estaria profundamente atrelada à dinâmica

das relações sociais. Desta forma, a definição de crime para uma sociedade não seria simplesmente um resultado objetivo da prática de uma conduta proibida por um agente qualquer. Na verdade, segundo esta teoria, a definição do crime deve necessariamente passar pela interpretação da conduta vinda de uma pessoa em particular. Ou seja, a identidade deste agente, aliada às suas ações em julgamento pela sociedade, é fator-chave para classificar seus atos como crimes ou não. O criminoso, portanto, é alguém que foi assim rotulado não apenas por conta dos seus atos divergentes ao ideal de conduta estabelecido pelo Direito Penal, mas também, segundo Sell (2007), por causa do seu nível de reprovação no meio social.

Nesta definição sociológica, a criminalidade - assim como o desvio - é um status social que caracteriza o indivíduo quando lhe é atribuída a etiqueta de desviante ou de criminoso pelas instâncias que detêm o poder de defini-lo desta forma. Em outras palavras, a decisão sobre quais serão as ações e as pessoas classificadas como criminosas está sob o julgamento de valores de um grupo social específico. Por isso, as possibilidades de acabar etiquetado não são as mesmas para todos os indivíduos. Neste sentido, Junior e Dias (2010) ressaltam que este processo de etiquetamento, por ser altamente seletivo e desigual, refuta a base ideológica do Direito Penal de igualdade entre todos os cidadãos.

Assim, Andrade (2003) resalta que a criminalidade não é uma entidade ontológica já pré-constituída no meio social. O reconhecimento de um ato enquanto desvio não está ligado pura e simplesmente à determinação das instâncias de um sistema penal. Na verdade, esta é uma qualidade definida a alguns sujeitos por meio de mecanismos - sejam estes oficiais ou não - de determinação e seleção. No mesmo caminho, a teoria do etiquetamento social questiona justamente o processo de determinação de quais seriam os interesses fundamentais a uma sociedade, uma vez que este processo está nas mãos de uma pequena porção do corpo social. Como as definições legais de criminalidade - sobretudo para a categorização das ações que ferem a estes interesses como “delitos” - dependem deste processo, a violação das normas e da ordem em uma sociedade também pode ser compreendida como um fenômeno de caráter político, inserido no mesmo sistema que legitima a criação dos processos de criminalização.

O sociólogo Howard Becker (2008) é considerado um dos principais estudiosos deste paradigma, sobre o qual discutiu amplamente em seu livro “Outsiders” à luz das ciências sociais. Neste trabalho, o autor se preocupa em construir uma definição para o conceito de desvio. Em sua concepção primária e mais simplista, a noção de desvio abrange todos os elementos que, de alguma forma, se diferem da média. Isso pode se aplicar até mesmo, por exemplo, aos pés de milho que são muito mais altos ou mais baixos do que a maioria em uma

plantação. De forma similar, ao transpormos a mesma definição à esfera humana, Becker afirma que indivíduos podem ser considerados desviantes por diversas características - como, por exemplo, por serem excessivamente magros ou obesos, ruivos ou canhotos. Sob esta lógica, portanto, a definição estatística do desvio está ainda distante e ultrapassa o estudo da quebra de regras.

Uma visão mais complexa do mesmo assunto oferece o entendimento do desvio como essencialmente patológico, semelhante a uma doença. Neste sentido, é preciso considerar que as doenças mentais protagonizam esta analogia médica do desvio, na medida em que, como diz Szasz (1961 *apud* BECKER, 2008), a história da psiquiatria é marcada pela categorização das doenças como qualquer traço em que é possível detectar um sinal de mau funcionamento. Por isso, elementos como o a arte, o divórcio (em última instância, o símbolo da falha do casamento), a homossexualidade (em divergência da norma social da heterossexualidade) e o crime já foram interpretados, pelo menos em algum momento, como sinais de desvios resultantes de doenças mentais (SZASZ, 1961).

Desta forma, a metáfora médica já começa a se aproximar da visão proposta pela teoria do etiquetamento social, uma vez que aceita a existência de julgamentos por trás da definição de um elemento como desviante. No entanto, esta visão ainda é considerada muito limitada por Becker, na medida em que busca a fonte do desvio no âmbito individual – e, com isso, impede que a força do julgamento social seja vista como parte crucial do fenômeno de criação dos desvios. Assim, a visão que mais se aproxima da interpretação de Becker é, justamente, aquela que identifica o desvio como a não obediência das regras sociais, que são imposições dos grupos sobre seus membros. Para o sociólogo, este é o pensamento mais adequado para discutir as situações em que predominam regras gerais de concordância em uma sociedade. É neste contexto que a busca pelos fatores comuns aos “outsiders” - pessoas que desrespeitam estas regras e, conseqüentemente, saem do círculo da “normalidade” traçado pelos outros membros do grupo - é limitante, segundo o autor, pois ignora que o desvio seja uma criação social, sujeita à interpretação de outros membros do corpo social, conforme descrito acima neste capítulo.

Como o desvio é, entre outras coisas, uma consequência das reações de outros ao ato de uma pessoa, os estudiosos do desvio não podem supor que estão lidando com uma categoria homogênea quando estudam pessoas rotuladas de desviantes. Isto é, não podem supor que essas pessoas cometeram realmente um ato desviante ou infringiram alguma regra, porque o processo de rotulação pode não ser infalível; algumas pessoas podem ser rotuladas de desviantes sem ter de fato infringido uma regra. (BECKER, 2008, p. 22)

Becker (2008) ressalta ainda que só é possível afirmar com certeza se um determinado comportamento será considerado um crime no momento em que o mesmo é colocado sob o julgamento da sociedade em que seu agente está inserido. No entanto, reconhece que um indivíduo pode se identificar com mais de um grupo e, por isso, acabar dividido entre as regras peculiares a cada um deles. Afinal, segundo o autor, as normas sociais são criações específicas de cada grupo social. Isso se torna um fator especialmente relevante nas sociedades modernas, organizações complexas com muitas divergências em termos étnicos, ocupacionais, culturais e de classes sociais. Cada uma das subdivisões destas sociedades tem, de modo geral, as suas próprias regras, tendo em vista que carregam diferentes histórias, tradições e modos de interagir com o mundo ao seu redor.

Por isso, o termo “outsider” pode, na verdade, ganhar um novo significado em cada um destes grupos, explica ainda o seu autor. Para o indivíduo rotulado como criminoso em um determinado ambiente, os verdadeiros desviantes podem ser, na verdade, aqueles que criaram as ofensas pelas quais ele é considerado culpado. Além disso, mesmo dentro de um único grupo, as normas formais - a que Becker chama de “regras operantes efetivas” - podem divergir daquelas que seriam consideradas as mais apropriadas pela maioria dos seus membros. Ou seja, de forma geral, a aplicação de um sistema normativo à interpretação de uma determinada conduta está sujeita à discordância entre uma porção significativa da população e aqueles que condenam a mesma ação. Em casos como este, é possível que o indivíduo, ao se ver julgado por leis criadas sem a sua participação, tenda a não aceitar que estas mesmas regras lhe sejam forçadas, sobretudo pelos que, sob seu ponto de vista, são os verdadeiros “outsiders”.

Para compreender a origem destes sistemas de regras, Becker recorre à definição da noção de valor proposta por Talcott Parsons (1951). Nas palavras do sociólogo estadunidense, “um elemento de um sistema simbólico partilhado que serve como um critério ou padrão para a seleção entre alternativas de orientação intrinsecamente abertas numa situação pode ser chamado de valor” (PARSONS, 1951, p.12). Tais valores, relativiza Becker, no entanto, são capazes de apenas proporcionar um guia geral para ações concretas do dia a dia, uma vez que as situações cotidianas são muito detalhadas e complexas para serem diretamente relacionadas a declarações tão amplas como estas.

Assim, os valores fornecem as premissas maiores para a dedução de regras específicas em situações problemáticas que exigem ação. Em coerência com os valores, as regras, por sua vez, são os enunciados das ações proibidas ou permitidas; das situações em que a sua aplicação é pertinente; ou, ainda, das sanções que acompanham a sua violação. Para que estas normas

sejam efetivamente elaboradas, Becker (2008) ressalta que são necessárias as situações que incitem a sua criação. Em seguida, no momento da sua aplicação, um novo fator entra em jogo para que vigorem estas normas: a seletividade da sua imposição, que pode variar de acordo com o agente, o momento ou a situação em que ocorre a infração da norma e o seu julgamento, sobretudo, pelos que detém poder para tal, a quem o autor chama de “empreendedores morais”, seguindo os preceitos interacionistas da teoria da rotulação.

Ao fazer de empreendedores morais (bem como daqueles a quem eles procuram controlar) objetos de estudo, essas análises violam a hierarquia de credibilidade da sociedade. Elas questionam o monopólio da verdade e ‘toda a história’ sustentada pelos que ocupam posições de poder e autoridade. Sugerem que precisamos descobrir por nós mesmos a verdade sobre os fenômenos supostamente desviantes em vez de confiar em relatos oficiais certificados que deveriam ser suficientes para qualquer bom cidadão. (BECKER, 2008, p. 206-207)

3. A VONTADE DE JUSTIÇA NAS RELAÇÕES SOCIAIS

A partir dos princípios anteriormente expostos sobre a lógica em torno da violação de regras sociais, é possível dar um passo adiante para compreender o sentido atribuído à noção de justiça por alguns autores, a exemplo do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, e o valor assumido por este conceito na sociedade contemporânea. Assim, este capítulo pretende explorar as elaborações de ressentimento e de vingança que tomam forma na atualidade, uma vez que oferecem uma base relevante para entender a dinâmica que permeia a instrumentalização da dor das vítimas como recurso político-punitivo. Assim, abre-se o caminho ao entendimento da presença da ideia de uma dívida infinita na relação entre os infratores das leis e os outros membros do corpo social – o que acaba por gerar uma demanda cada vez maior e, por vezes, insaciável por justiça.

3.1. O ressentimento e o espírito de vingança

Ao formular sua concepção de justiça, Nietzsche (1998) ressalta que este conceito está profundamente associado à ideia de cobrança de uma dívida; ou seja, à relação contratual entre credor e devedor. Nesta relação, é clara a posição de inferioridade do devedor - tido como não domesticado e não racionalizado -, cuja obrigação frente ao credor é a reparação dos danos causados por meio do seu próprio castigo. É assim que este “direito de justiça” do credor adquire a função, então, de lhe oferecer satisfação por meio da imposição do seu poder sobre o devedor. (GONÇALVES, 2014)

Ao contrário da interpretação predominante na cultura ocidental, que associa a justiça à busca da igualdade de direitos para todos, o pensamento nietzschiano posiciona a justiça em meio às relações de poder, retirando seu caráter supostamente transcendental e universal. Para Nietzsche (1998), o Estado e as suas leis não se sustentam sobre um contrato social, mas, sim, sobre a violência e as relações de domínio entre os homens. O filósofo critica esta relação, afirmando que os sentimentos de débito e compensação não podem ser simplesmente transpostos à lógica da justiça, uma vez que não é possível calcular valores para o dano e a dor. Este hábito de comparar e medir poderes - uma grande generalização dos princípios de compra e venda - sustentaria, portanto, o mais “ingênuo cânon moral da justiça”. (NIETZSCHE, 1998, p. 60).

No entanto, seguindo sua tradição genealogista, Nietzsche destaca que o conceito de justiça já passou por diversas transformações. Desta forma, as práticas jurídicas dominadas pelo sentimento reativo não refletem a ideia primeira da administração do direito. Esta seria, pelo contrário, a mais recente configuração do espírito de justiça, depois de um longo percurso histórico para a formação da cultura jurídica, cuja gênese está na busca pelo equilíbrio entre credor e devedor, como ressalta a psicóloga Érika Reis (2013) em “O que se quer quando se pede por justiça? Sobre o Espírito de Vingança e a atualidade do Homem de Ressentimento”.

Assim, o sentido genealógico da ideia de justiça deve ser buscado no campo das relações de poder entre os homens. Longe de estar vinculada a ressentimentos ou a sentimentos altruístas e cristãos, a gênese da ideia de justiça se relaciona com a necessidade de intercâmbio, troca e busca de equilíbrio nas relações de poder, como forma de preservar sua própria potência e a de uma comunidade. (REIS, 2013, p. 23)

Neste mesmo sentido, Reis afirma que a contemporaneidade tem presenciado a maximização do desejo de julgar e, em seguida, de aplicar punições àqueles que de alguma forma infringiram regras - tornando-se, assim, afetos dominantes. A autora faz esta preposição com base na multiplicação cada vez mais rápida dos processos judiciais nas mais diversas esferas, que podem variar desde os conflitos da vida íntima até as mobilizações coletivas de maior fervor. Ela destaca que, segundo dados oficiais do governo federal, apenas em 2011, quase 90 milhões de processos tramitaram nos órgãos de Justiça do Brasil, por exemplo, levando à proferição de 23,7 milhões de sentenças e decisões. O número de processos que foram recebidos no mesmo ano, no entanto, chegou a superar os julgamentos deste período, fazendo com que em 2012 se acumulassem 63 milhões de processos no país (REIS, 2013).

A disseminação desta leitura jurídico-moralista sobre os mais variados tipos de acontecimentos, para a psicóloga brasileira, deve ser interpretada à luz do conceito de Nietzsche (1995) de “homem de ressentimento”, muito presente em sua análise social sobre o direito e a moral. Para o pensador alemão, o acúmulo de ressentimento não permite que o homem descarregue seus sentimentos, fazendo com que os mesmos não sejam devidamente digeridos. Mais do que a experimentação de sentimentos já vividos antes, Nietzsche toma este fenômeno como a contínua produção de efeitos por estes sentimentos negativos dentro do homem, que impedem que a sua “vontade de potência” flua naturalmente (PASCHOAL, 2008). Esta reação, segundo Nietzsche (1988 *apud* PASCHOAL, 2008), pode ser vista como uma patologia, na medida em que é desproporcionalmente maior do que o estímulo que a causou.

Este quadro expressaria, assim, um estado geral de morbidez para aqueles que são paralisados pela incapacidade de digerir este sofrimento.

O ressentimento passa, então, a ser associado às “ideias de fraqueza fisiológica, indigestão psíquica e também de um problema social” (PASCHOAL, 2008, p.11). No entanto, quando supera esta fraqueza e a sua consequente inércia, o ressentimento toma a forma de uma vontade de poder operante, que procura exercer sua dominação sobre os demais e causar sofrimento a outros.

O termo “ressentimento” corresponde, assim, já no interior da filosofia de Nietzsche, a um problema fisiológico, de um organismo sem forçar para reagir frente às intempéries da vida e que também não consegue digerir os sentimentos ruins, aquele veneno produzido por sua não reação, passando a apresentar uma desordem psíquica que o impede de viver efetivamente o *presente*. Nesse organismo, a percepção da própria fraqueza e o sentimento de frustração que se segue à obstrução da ação gera um rancor, uma vontade de ferir e produzir sofrimento naquele que o detratou. Enfim, toma posse dele uma sede de efetuar aquela vingança que sua fraqueza não permite realizar. (PASCHOAL, 2008, p.14-15)

Desta forma, Nietzsche (1988 *apud* PASCHOAL, 2008) amplia o significado do termo “ressentimento” para a filosofia alemã. A genealogia da justiça ganha uma abordagem social, tendo em vista que a sua origem estaria nesta moral do ressentimento, que influencia as relações de poder, sobretudo, com o afloramento do espírito de vingança. A partir do momento em que reconhece seu sofrimento consigo mesmo - cuja ordem Nietzsche (1988 *apud* PASCHOAL, 2007) chamou de “má consciência” -, o homem de ressentimento logo procura aquele que pode ser culpabilizado pela sua condição e, em seguida, punido com uma nova carga de sofrimento, na busca pela reparação das ações que lhe causaram danos.

Neste mesmo sentido, Reis define o homem de ressentimento nietzschiano como “aquele que oculta sua impotência e sua sede de vingança por trás de uma teia de palavras e conceitos honrados e socialmente legitimados, como a justiça” (REIS, 2013, p.14). Assim, a psicóloga argumenta que as disputas que ocupam os aparelhos de Justiça estão profundamente atreladas a esta visão do ressentimento, uma vez que são marcadas por forças de extrema reatividade, e, ainda, ao “espírito de vingança” impossível de ser saciado. É importante, a esta altura, notar a singularidade desta expressão, também resgatada do pensamento de Nietzsche, que se diferencia da noção de vingança. A pura vingança se encerraria com a simples reparação dos danos decorrentes de uma determinada conduta por meio de uma dívida finita, passível de

ser quitada naquelas circunstâncias. Já o espírito de vingança, por sua vez, corresponde, conforme explica Reis, ao cultivo deste modo de reatividade, que acaba condicionando a existência a formatos excessivamente judicializados e moralizados.

Há muito tempo que no Ocidente partiu-se da antiga ideia de vingança para o espírito de vingança, com o objetivo de colocar o outro sob o jugo de uma dívida infinita. Essa é a peculiaridade do que Nietzsche (GMII, 1998) chamou de espírito de vingança: uma cobrança infinita que difere de outras disposições vingativas imediatas, de tal modo que a questão não reside simplesmente em poder ou não vingar-se, em poder ou não reivindicar para si um direito, mas sim em que medida tal reivindicação deixa de ser justa, nobre, circunscrita e finita, para tornar-se desmesurada, arrogante, infundável, venenosa e envenenante. Em suma, o problema está em saber quando uma vontade de potência, própria de um *ethos* nobre, torna-se uma vontade desmedida de poder, um insaciável querer dominar. Quando esta transformação ocorre, já estamos no domínio do espírito de vingança, já entramos no registro do homem de ressentimento. (REIS, 2013, p. 20-21)

Para Nietzsche (1998 *apud* REIS, 2013), a compreensão da justiça como a simples evolução do sentimento de estar ferido constitui uma tentativa de sacralizar a vingança e todos os afetos reativos sob o nome da justiça. Por isso, Reis ressalta que é necessário diferenciar atos de resistência contra algum tipo de violência - como a discriminação e a dominação - destas ações que cultivam a vingança por trás da noção de justiça, no caminho para a produção da culpa e da punição. Isso porque as práticas da violência e da vingança só podem ser compreendidas e assim classificadas quando vistas à luz da sua história e das forças de que se apropriam - ou seja, das circunstâncias em que nascem e dos propósitos que perseguem.

A questão do desejo por justiça, atrelada às noções de homem de ressentimento e de espírito de vingança nas sociedades contemporâneas ocidentais, ultrapassa a reflexão sobre as instituições jurídicas. O vigor destes conceitos faz proliferarem não só clamores justiceiros, como também o ódio às diferenças e a sede insaciável por punição, uma vez que se torna impossível atender aos pedidos infundáveis de penalização emitidos pelo meio social, conforme expõe Reis. Neste sentido, é importante atentar ao fato de que a culpabilização de alguns indivíduos pelo ressentimento é uma forma de deslocar sofrimentos da vida sobre bodes expiatórios. Na busca instintiva do homem pela causa e pelo alívio da dor, “todo um rebanho de aflitos é convidado a descarregar seus afetos sobre esta causa imaginária - seja em ato, seja simbolicamente -, especialmente sobre um agente culpado que seja também suscetível de sofrimento”, nas palavras da autora (REIS, 2013, p.119).

Para Nietzsche (1998 *apud* REIS, 2013), a vontade do homem de causar sofrimento àquele identificado como culpado está atrelada ao desejo de amenizar o entorpecimento da dor por meio da emoção. Este é, portanto, o sentido da busca de punição consequente do homem de ressentimento, que se intensifica à medida que ele desconhece a causa fisiológica do seu sofrimento, diz o filósofo alemão. Além disso, na tradição nietzschiana, a moralidade cristã é vista como espaço de estímulo à produção da culpa, da má consciência e do homem de ressentimento, se utilizando de ideais imaginários para refutar a moralizar a realidade. Acompanhando o pensador em diversos momentos da sua reflexão, a imagem da formação do rebanho em torno de um sacerdote se torna relevante neste raciocínio, uma vez que é estimulada, segundo Nietzsche, por um instinto de fraqueza dos fiéis. O sacerdote, ao se dar conta desta relação de dependência, organiza a comunidade em torno do seu comando.

Segundo essa linha de raciocínio, o que dizer da atual e sempre crescente aglomeração em torno dos sistemas de justiça? Não seria possível ver nesse movimento de dependência a atualidade do exercício de poder do tipo *sacerdote*, ou do poder de tipo pastoral (personificado sobretudo naqueles que incitam esse movimento), e a atualidade do *homem do ressentimento* e seu *espírito de vingança*? Os vitimados de hoje não correm em desespero para o abrigo do ideal de Justiça a fim de aliviar seu sofrimento, ainda que juridicamente nada consigam alcançar? Claro que há lutas legítimas em busca da reparação de violências e abusos de poder, como já apontamos. Mas é sempre bom lembrar - como também já foi observado - que muitas dessas lutas acabam sendo transformadas em reivindicações infundáveis por punições cada vez mais severas, ou seja, em muitos casos, o objetivo maior deixa de ser a reparação e concentra-se no desejo de vingança. isto é, no desejo de descarregar toda a dor vivida no suposto agente causador, e tão somente nele. (REIS, 2013, p. 121 - 122)

A psicóloga, neste sentido, afirma que a visão da sociedade contemporânea sobre os aparelhos de Justiça ganhou poder suficiente para criar a ideia de que só é possível mudar comportamentos que geram conflitos por meio das leis. A justiça se torna, assim, a promessa de resolução de todos os impasses da vida, a ponto de que todas as condutas indesejadas estão sujeitas à criminalização - seja pela instituição judiciária, que encontra tipos penais para estas condutas, ou pelo julgamento da população, que pede a aplicação de punições pelo Estado. É assim que os sentimentos de compaixão pelas vítimas e de revolta contra os criminosos tomam o espaço público e aproximam a lógica do judiciário à da figura do sacerdote, embora em muitos casos o aparelho de Justiça do Estado não responda de forma concreta a todas as demandas da população.

Portanto, o clamor por justiça torna-se a máscara de um desejo de vingança quando o foco é menos a reparação de um dano sofrido do que uma disposição doentia sempre disposta a *fazer pagar*. Estamos nos referindo a homens que anseiam por ser carrascos, que sentem prazer em julgar e punir; em lançar injúrias contra todos os que não são iguais a eles. São ‘vingativos mascarados de juízes’, ‘onanistas morais e autogratificadores’ (GM III, 1998, § 14, p. 113). Há um gozo nesse modo de ser doentio, pois, do alto da posição do julgador, é possível imaginar, ou representar uma forma qualquer de superioridade moral. Eis aqui mais uma astúcia dos impotentes, colocar-se numa posição moral superior, utilizando discursos em favor do altruísmo, da retidão e, sobretudo, da justiça, que lhes permitam julgar e punir os demais, em especial os diferentes, o que a eles se opõem e os que muitas vezes são mais fortes em vitalidades. (REIS, 2013, p. 129)

Segundo Nietzsche, a prática do castigo já sofreu muitas mudanças durante a História e, assim, já esteve ligada a diversos sentidos. Em uma mesma época, inclusive, é possível verificar diferentes significados na aplicação de uma punição. Dentre eles, incluem-se, por exemplo, o pagamento de danos a alguém que tenha sido prejudicado, a intimidação para causar medo aos infratores das regras, a prevenção contra uma potencial conjuntura de desequilíbrio na sociedade ou, ainda, a fixação da memória para todas as pessoas - tanto para o castigado quanto para os que testemunham a sua punição, na tentativa de impedir a repetição da ação que motivou este sofrimento, conforme diz Reis (2013).

No entanto, a produção da culpa seria, seguindo esta lógica, o principal objetivo do castigo. A intenção de acender sentimentos de arrependimento no criminoso permeia a prática punitiva, que, segundo Nietzsche, mantém seu caráter de drama enquanto seus procedimentos variam ao longo do tempo. Porém, tal finalidade do despertar da culpa por meio do castigo legitimado pelo Estado, para o filósofo, acaba produzindo o exato efeito contrário. A partir do momento em que ações consideradas criminosas quando cometidas pelo castigado - a exemplo da imposição de sofrimento físico - são praticadas a serviço da própria Justiça, por autoridades reconhecidas pela sociedade, o dito criminoso pode se considerar impassível de ser repreendido pelos atos de violência que o levaram até ali. É essencial notar que as ações punitivas dos aparelhos de Justiça podem até mesmo superar os crimes penalizados em termos do grau de violência aplicado, encontrando força na justificativa da sua utilidade prática para a sociedade. Dentre estas situações, Reis (2013) destaca a pena de morte, por exemplo, como caso emblemático do alto nível de violência que a Justiça pode abrigar com uma prática fria e de longa preparação para causar medo nos outros membros do grupo.

Na concepção nietzschiana, a prática do castigo, entretanto, não teria sua origem primária na finalidade da produção da culpa. Segundo o autor, na “pré-história da humanidade”

(NIETZSCHE, 1998) - isto é, antes da amplificação da consciência da culpa -, as pessoas sob julgamento eram tidas como indivíduos que acabaram cometendo erros, e não como pessoas que deveriam efetivamente ser culpabilizadas pelas suas ações de ameaça à sociedade. Isso quer dizer que o objetivo da punição seria, então, evitar que os mesmos erros voltassem a acontecer por meio da “intensificação da prudência, da memória, da cautela, da desconfiança e da capacidade de auto-julgamento”. (REIS, 2013, p. 136)

No entanto, o moralismo cristão se encarregou de adicionar o sentimento de culpa dos devedores frente os credores nas relações sociais. Trata-se aqui da busca, sob a instrumentalização da moral, pela domesticação dos indivíduos a partir da produção da má consciência e do homem de ressentimento. É desta forma que o espírito de vingança se dissemina, segundo esta lógica: como resultado das tentativas do homem de encontrar na causa do seu sofrimento um elemento que possa ser punido sob a justificativa da prática da justiça.

3.2. O valor heroico da vítima

Para compreender o fortalecimento do ideal de justiça e da sua sistematização nos aparelhos estatais, se faz necessário o aprofundamento sobre a questão da vitimização na vida contemporânea. Isto quer dizer que, para além das possíveis falhas do Estado em prevenir ações criminosas, a tendência de intensificação da procura pelas instâncias judiciais é impulsionada por outro fator: a instrumentalização da figura da vítima e do seu sofrimento frente à lógica do Direito Penal. Reis (2013) ressalta que o reconhecimento de um indivíduo como uma vítima desperta sentimentos de compaixão nas pessoas ao seu redor - que tendem a resultar na sua glorificação e no alcance de determinada notoriedade no meio social. Com isso, o indivíduo vitimizado conquista a condição de eterno credor frente à sociedade - criando, assim, demandas impossíveis de serem satisfeitas - e, conseqüentemente, uma posição social elevada e de relevante força política no meio social (ELIACHEFF & LARIVIÈRE, 2009).

Neste mesmo sentido, Tzvetan Todorov (1999) destaca o processo de vitimização como uma das manifestações protagonistas da renúncia da autonomia do homem ocidental contemporâneo, sobretudo na vida sob os moldes americanos. Para o filósofo búlgaro, a premissa básica de ser vítima corresponde a não se reconhecer como responsável pelo seu próprio destino. Isto é, seguindo esta lógica, as circunstâncias ou acontecimentos na vida do indivíduo devem ser atribuídas à culpa de um terceiro elemento, de forma que este indivíduo possa se ver livre de tal responsabilidade. Embora as pessoas não desejem se tornar vítimas, o

autor afirma que existe uma aspiração ao alcance do estatuto da vítima e dos seus benefícios - sobretudo da libertação de ser culpado. Por isso, uma reparação pelas ofensas sofridas não é o bastante para satisfazer à vítima, uma vez que permanecer nesta condição oferece mais do que um episódio de satisfação: a atenção e o reconhecimento contínuos das outras pessoas. Sem desconsiderar que existem efetivamente ofensas reais e vítimas que merecem reparação pelo sofrimento que lhes foi causado, Todorov sustenta, no entanto, que a mentalidade americana substituiu o ideal heroico pelo ideal vitimário.

Antes, todo mundo se vangloriava de ter sido o mais forte; agora, o mais oprimido. Antes, elogiava-se o *self-made man*; agora, o que apenas sofreu. Os heróis não foram numerosos em nenhuma época; mas o ideal heroico mantinha seu prestígio. Por que o perdeu, de onde vem esta nova ‘vontade de impotência’? A questão permanece aberta, mas uma das causas é sem dúvida o fato de que esta posição de ex-vítima é mais proveitosa do que a dos antigos heróis. (TODOROV, 1999, p. 226)

O pensador ainda afirma que a segunda forma de renúncia à autonomia, neste mesmo contexto, é a vinculação de um indivíduo a um determinado grupo. Isto aconteceria na medida em que ações, desejos e vontades pessoais são justificadas em nome do pertencimento a uma comunidade. Desta forma, cada membro do grupo concede seu poder de decisão ao coletivo. Em troca, o reconhecimento das semelhanças entre os seus integrantes oferece o sentido para a existência, além de uma sensação de segurança e de desresponsabilização ao indivíduo. Para Todorov (1999), quando estes dois fatores - vitimização e vinculação a uma comunidade - se combinam, produzem um elemento de grande influência na vida contemporânea: a vitimização coletiva. Ou seja, um grupo que se percebe ofendido em seus direitos por um histórico de injustiças ganha, nas palavras do autor, “uma linha de crédito inesgotável no presente”. Embora este mecanismo se apresente em todos os lugares, o autor exemplifica seu pensamento com as mais variadas minorias na comunidade norte-americana que, de alguma forma, reclamam por benefícios no tempo presente em nome das desigualdades históricas sofridas por seus grupos sociais.

Neste mesmo sentido, Reis (2013) afirma que a dor se torna um instrumento político-punitivo, que fortalece o espírito de vingança e a força punitiva do Estado. Isso porque a demanda por justiça neste contexto visa a reduzir o suposto causador do dano à vítima. No entanto, é importante atentar que a ação danosa já se concretizou no passado e, por isso, não pode ser desfeita. Por isso, a obediência sistemática desta lógica não passa de uma tentativa

ilusória de colocar o mundo e os seus conflitos em ordem, segundo a psicóloga – embora a autora ressalve a legitimidade de batalhas de resistência histórica contra violências discriminatórias sofridas por classes minoritárias.

Além disso, Reis sublinha o surgimento de práticas que simplificam as definições de vítimas e culpados em meio à tentativa de ordenar as relações humanas. Nas sociedades do Ocidente contemporâneo, por exemplo, a valorização do empreendedorismo e das responsabilidades individuais afasta marginalizados, criminosos e loucos da figura das vítimas. Tais conceitos de vítimas e culpados, quando arraigados a delimitações já estabelecidas, se tornam um obstáculo ao pensamento crítico e fazem perdurar antigos estereótipos moralistas - e, sobretudo, a polarização entre as ideias de bem *versus* mal ou de criminoso *versus* inocente (REIS, 2013).

É neste contexto que à vítima é agregado certo valor heroico, mais uma vez na trilha da influência cristã no meio social:

Originariamente, a palavra vítima guarda uma ligação muito forte com o sagrado, com o tema do sacrifício e da salvação divina. A vítima expiatória, por exemplo, paga para dar prova de sua submissão a uma ordem superior que dá sentido à vida coletiva, como fez Jesus Cristo. Essa vítima confere um valor heroico à dor e exibe uma inocência tão perfeita que chega a ser considerada sagrada (ELIACHEFF & LARIVIÈRE, 2009). São esses os traços que ainda hoje povoam o imaginário social quando se evoca a palavra “vítima”. (REIS, 2013, p. 173)

Na contramão, a figura do criminoso como ameaça à comunidade ativa a vontade de punição para lutar contra a constante sensação de insegurança na vida coletiva. Para isso, as pessoas lançam mão de estratégias moralistas em seu apelo por proteção aos aparelhos do Estado. Esta convocação é frequentemente acompanhada por uma carga afetiva de violência, sujeita à inflamação cotidiana pelos sistemas judiciário, político e midiático, segundo Reis. Assim, ganha forma o sentimento de indignação disseminado frente às situações em que o Estado falha em aplicar penas ou não corresponde às expectativas insaciáveis do espírito de vingança, mesmo quando usa sua força punitiva.

3.3. O imaginário da impunidade e o anti-herói brasileiro

Para Gilles Deleuze (1993), filósofo francês que segue os passos da genealogia da moral nietzschiana, a existência dos homens está profundamente condicionada à crença na

imortalidade da alma e ao endividamento primeiro com Deus, conforme estabelecem os pressupostos básicos do cristianismo. O autor sustenta que estes fatores encaminham à elaboração da doutrina do juízo, que pressupõe uma dívida infinita das almas imortais com os deuses que as julgam. Neste sentido, Deleuze faz notar a incompatibilidade entre a genealogia desta doutrina, calcada sobre a justiça divina, e “o sistema da crueldade” que rege os julgamentos na vida entre os homens. (ABREU, 2004)

O sistema da crueldade enuncia as relações finitas do corpo existente com as forças que o afetam, ao passo que a doutrina da dívida infinita determina relações da alma imortal com os juízos. (DELEUZE, 1993 *apud* ABREU, 2004)

Desta forma, a doutrina do juízo repousa na ideia de eternidade, refutando toda a imprevisibilidade no que ainda está por vir ao estabelecer a dívida infinita dos homens. A supressão do novo pela negação da passagem do tempo é, segundo Reis (2013), o ponto de encontro entre a genealogia da expressão “justiça infinita”, em acordo à concepção de doutrina do juízo, e o seu significado contemporâneo para o homem de ressentimento, que se revolta perante a sua incapacidade de digerir o sofrimento causado por elementos do passado. O diferencial deste segundo momento, no entanto, é a reivindicação infundável por punições jurídicas, justificada pelo suposto ideal moral da promoção da justiça à frente do espírito de vingança.

Uma vez que o sistema de Justiça não atende às expectativas vingativas da sociedade, a tendência é o surgimento de clamores justiceiros em busca da aplicação mais severa das penas pelo Estado. No entanto, é importante notar a impossibilidade de satisfazer a este desejo popular, uma vez que a vontade de vingança do homem de ressentimento não encontra limites concretos, como já fundamentado neste capítulo - o que tende a alimentar sempre mais a vontade de justiça infinita em meio aos pedidos de punição contra os infratores da lei. Reis define este fenômeno como a produção do escândalo das impunidades: o discurso de revolta toma o meio social frente às supostas práticas permissivas do Estado, que passa a ser visto como cúmplice dos crimes que ameaçam a sociedade ao não aplicar punições suficientemente vingativas. Por isso, a autora defende que “não há absolvição possível sem que antes nos tenhamos liberado do pensamento moralista” (REIS, 2013, p.183).

Outro aspecto fundamental da doutrina do juízo é a sua capacidade de reproduzir verdades a partir dos pressupostos ideológicos que norteiam a sociedade (DELEUZE &

GUATTARI, 1992). Mais uma vez, a noção de eternidade se faz essencial aqui e encaminha ao impedimento da formação de novos valores e modos de existência. Isso afeta diretamente o pensamento dos indivíduos e, conseqüentemente, a autocriação da sociedade, seguindo a concepção de Cornelius Castoriadis (1982). Para o pensador de origem grega, a instituição da realidade sócio histórica é fruto da criação humana - ou seja, de elementos como a linguagem, os valores, os objetivos, as normas e as formas de viver e de morrer dos homens. Em outras palavras, a sociedade e a sua percepção da história são, em última análise, autocriações intrinsecamente relacionadas aos próprios indivíduos nelas inseridos.

Neste sentido, Castoriadis (1991) leva o conceito de imaginário social ao centro desta discussão, na medida em que o termo se refere à capacidade de criação emergente quando “os humanos se reúnem e se dão, a cada vez, uma figura singular instituída para existir” (CASTORIADIS, 1991, p. 13). Assim, a existência da sociedade está condicionada aos significados que lhe são atribuídos por meio das instituições do seu próprio imaginário social. Isto quer dizer, em outras palavras, que está a cargo da própria sociedade determinar sua História a partir dos seus valores, da sua realidade e da sua racionalidade - que são produtos do imaginário social.

O sociólogo Stuart Hall (2014), por sua vez, ressalta que a percepção dos elementos comuns compartilhados em uma comunidade - que, como nos diz Castoriadis (1982), pertence à ordem do imaginário social - é essencial à existência de uma nação. Embora as culturas nacionais da pós-modernidade sejam marcadas, na verdade, pelas diferenças internas, as identidades nacionais continuam a ser representadas como discurso unificado - que produz sentidos capazes de influenciar as ações e a auto concepção dos seus membros (HALL, 2014). Neste contexto, a constituição da “comunidade imaginária” está profundamente atrelada ao compartilhamento da narrativa da nação.

Há a *narrativa da nação* tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou *representam* as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. Como membros de tal ‘comunidade imaginária’, nos vemos, no olho de nossa mente, como compartilhando dessa narrativa. Ela dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino

nacional que preexiste a nós e continua existindo após a nossa morte.
(HALL, 2014, p.52)

No Brasil, uma das possíveis ilustrações do pensamento de Hall é a série de obras culturais que buscaram traçar a identidade brasileira na História moderna e contemporânea. A trajetória literária nacional é marcada por personagens que tentam elucidar o caráter do brasileiro por meio de estereótipos de forte reconhecimento no país – a exemplo do sertanejo e o índio que, na ideologia romântica, foram atribuídos à figura do herói nacional. No entanto, é interessante notar que “Macunaíma, o herói sem caráter”, de Mario de Andrade (1978), se tornou um dos trabalhos mais emblemáticos na discussão da identidade brasileira ao se afastar da noção de existência de uma alma brasileira já delimitada - uma vez que a mesma se encontraria, na verdade, ainda em seu processo de formação (BALDO, 2006).

Para Mário de Andrade (1972 *apud* BALDO, 2006), a cultura nacional inacabada é uma consequência da dominação europeia a partir da colonização iniciada no século XVI - comumente considerada o marco fundacional para a trajetória histórica da auto instituição da sociedade brasileira contemporânea. Em sua obra, originariamente produzida em 1928, o escritor modernista sintetizou tal não delimitação cultural na ausência de caráter do herói brasileiro. Macunaíma reúne o negro, o índio e o branco na figura do anti-herói cheio de virtudes e defeitos. Longe de modelos de identidade já pré-concebidos, ele se contrapõe à idealização dos heróis românticos - que carregam características tipicamente estrangeiras - para representar a identidade brasileira em construção (LESSA & FORTUNA, 2012). O protagonista de Mário de Andrade é preguiçoso, egoísta, ambicioso, malandro, esperto e indolente em suas mais diversas transgressões - características atribuídas ao “modo de ser brasileiro” pelo próprio autor e, por diversas vezes, pelo discurso do senso comum no país (BOSI, 1994).

O brasileiro não tem caráter porque não possui nem civilização própria nem consciência tradicional. Os franceses têm caráter e assim os jorubas e os mexicanos. Seja porque civilização própria, perigo iminente ou consciência de séculos tenha auxiliado, o certo é que esses uns têm caráter. Brasileiro não. Está que nem o rapaz de vinte anos: a gente mais ou menos pode perceber tendências gerais, mas ainda não é tempo de afirmar coisa nenhuma. Dessa falta de caráter psicológico creio otimistamente, deriva a nossa falta de caráter moral. Daí nossa gatunagem sem esperteza (a honradez elástica/a elasticidade da nossa

honradez), o desaparecimento à cultura verdadeira, o imprevisto (...).
(ANDRADE, 1978, p.218- 220)

Assim, podemos pensar o sentido libertário da transgressão macunaímica como um paradigma que até hoje permeia o imaginário brasileiro na interpretação do seu próprio corpo social. Não é raro que o discurso social tome a suposta falta de caráter moral – considerada elemento comum de uma nação marcada pelas diferenças - como uma atitude de irreverência desafiadora frente às leis de coexistência e à aplicação de punições pelo Estado. Este aspecto é de grande potencial elucidativo para a compreensão da produção do escândalo das impunidades no Brasil, tal como foi postulado por Reis. Neste contexto, tal fenômeno é frequentemente atrelado à suposta incapacidade do Estado em aplicar punições severas o bastante para efetivamente coibir o histórico de comportamentos amorais dos sujeitos no país - e de fazer justiça pela consequente vitimização da sociedade brasileira neste processo. É sob a luz desta percepção que este trabalho ilustrará a interação entre os elementos tratados até aqui - sobretudo vingança, ressentimento, vítimas e impunidade - em uma história que recentemente tomou conta do debate social sobre a força punitiva do Estado brasileiro e a sua habilidade em exercer seu papel de regulador social.

4. O CASO MARCO ARCHER: UM OLHAR BRASILEIRO SOBRE JUSTIÇA, VIOLÊNCIA E IMPUNIDADE

Tentamos até aqui fundamentar a base conceitual em torno da lógica que permeia as relações de vingança e ressentimento entre a sociedade e os indivíduos rotulados como criminosos, com especial destaque à posição central assumida pelas vítimas no meio social contemporâneo. Com isso, traçamos o caminho à compreensão do contexto que motiva que a população apele ao Estado, em sua função de regulador social, na busca por justiça - pedido por diversas vezes impossível de ser saciado, uma vez que o desejo popular clama por punições sempre mais severas. Esta trajetória reflexiva oferece o arcabouço necessário à análise de um caso recente que incitou intensas discussões sobre este tema no Brasil: a execução do brasileiro Marco Archer, condenado à pena de morte por tráfico de drogas pelo governo da Indonésia em janeiro de 2015.

Tendo em vista que a narrativa e a identidade de uma nação se constroem por meio da sua representação discursiva, conforme sustenta Hall (2014), este capítulo terá como objetivo analisar a repercussão do caso de Marco Archer no Brasil a partir de uma amostra da cobertura da imprensa brasileira nos últimos dias antes da sua execução, quando a sua história ganhou espaço de relevância nos jornais do país. O principal enfoque será a reação dos brasileiros na mídia ao debater a representatividade da figura do réu para seu país de origem e o significado do primeiro episódio em que um brasileiro foi oficialmente condenado à pena de morte por um país estrangeiro - assim como o já antigo paradigma da impunidade que permeia o cotidiano e o imaginário do país.

4.1. A história e a cobertura da imprensa brasileira no caso Marco Archer

No ano de 2003, Marco Archer foi flagrado no Aeroporto Internacional de Jacarta, capital da Indonésia, quando tentava entrar no país com 13,4 kg de cocaína escondidos dentro dos tubos de uma asa delta. Por isso, foi condenado à pena de morte por tráfico de drogas em um dos países com as leis de combate ao narcotráfico mais rígidas do mundo. Depois de 11 anos sem deixar o corredor da morte indonésio, Archer foi executado na madrugada de 18 de janeiro de 2015 (o equivalente, no horário de Brasília, à tarde do dia 17 de janeiro) com um tiro de fuzil pelas autoridades locais - e, assim, se tornou o primeiro brasileiro a sofrer a pena

capital no exterior. Ao seu lado, foram executados também um indonésio, um holandês, dois nigerianos e um vietnamita.

Esta não era, no entanto, a primeira experiência criminosa de Archer: o brasileiro começou seus 25 anos de carreira no tráfico de drogas ainda na juventude, quando carregava coca da cidade de Medellín ao Rio de Janeiro para os cartéis da Colômbia. Depois de muitas viagens e riscos, acabou se tornando figura importante em Bali, um dos mercados de cocaína mais fartos e luxuosos do mundo. Enquanto no Brasil o preço do quilo de coca varia em torno de 5 mil dólares, o valor do mesmo produto na ilha indonésia é negociado entre 20 e 90 mil dólares por quilo. Além disso, Bali era o destino ideal para Archer, pois costuma atrair surfistas e praticantes do voo livre (os dois hobbies que o brasileiro cultivara durante toda a sua vida). Muitos destes atletas entram no país carregando suas pranchas e asas deltas sob o pretexto de desfrutar o potencial esportivo da ilha; no entanto, muitas vezes os equipamentos estão recheados de drogas que vão integrar o narcotráfico local. Esse foi o caso de Marco Archer ao ser flagrado pela polícia indonésia no aeroporto de Jacarta com 42 anos de idade em 2003. Quando a cocaína foi encontrada pelo aparelho de raio-x, ele chegou a fugir do aeroporto, mas foi recapturado depois de 15 dias na tentativa de chegar ao Timor Leste.

Os últimos momentos de vida e a execução de Archer foram pauta de grande repercussão no Brasil e geraram fortes discussões entre os seus conterrâneos. Uma intensa e crescente cobertura jornalística teve início no Brasil a partir do dia 15 de janeiro de 2015, quando o governo indonésio anunciou que a execução do réu, junto a outros condenados, aconteceria em três dias. Embora tivesse sido levado ao corredor da morte há mais de dez anos, o brasileiro só ganhou as manchetes da imprensa na iminência da sua punição. Em três dos principais veículos brasileiros de notícias na internet - os sites G1, Extra Online e Folha Online -, foram publicadas 43 matérias que acompanhavam com cada vez mais vigor a história e o destino de Archer entre os dias 15 e 22 de janeiro do mesmo ano.

Neste mesmo sentido, as fotos de Marco Archer utilizadas na cobertura da imprensa brasileira seguem, de forma geral, um padrão: imagens em que o brasileiro é apresentado como réu, quase sempre atrás das grades, circulando na prisão ou ao lado de autoridades indonésias. A partir do momento em que é reconhecido como narcotraficante, Marco Archer é representado a partir do rótulo de criminoso e a sua essência passa a ser vinculada à sua atividade no mercado das drogas. Desta forma, podemos notar a importância simbólica da aplicação do castigo ao criminoso em meio ao processo judicial - tal como evidenciam os pressupostos de Nietzsche trabalhados por Reis sobre a vontade de punição cultivada pelo homem de ressentimento. O

momento da imposição punitiva, em que o réu deve pagar a sua dívida com sofrimento é, neste caso, o ápice do envolvimento da sociedade com o criminoso. Apesar da sua longa experiência no cárcere, é a execução de Archer que dá sentido e repercussão à sua história aos olhos do seu país.



Figura 1. Marco Archer atrás das grades na Indonésia. Foto: Reuters

Não demorou para que a imprensa resgatasse o passado e a longa trajetória criminosa de Archer. No Rio de Janeiro, vinha de uma família financeiramente estável de Ipanema, bairro nobre da cidade, onde morou durante 17 anos. O brasileiro abastado teria escolhido deliberadamente construir sua carreira sobre o tráfico internacional de drogas, a sua principal atividade e fonte de renda. Durante seus anos de experiência no narcotráfico, Archer já tinha vivido durante 15 anos em Bali, na Indonésia. Por isso, já falava a língua local e conhecia suas rigorosas regras para a punição do comércio e do transporte de drogas: a pena capital é aplicada para os flagrantes do narcotráfico desde 1964 no país. Mesmo assim, chegou a se tornar um dos chefes do mercado de drogas da região, sobretudo a partir da rota Rio de Janeiro - Amsterdã – Bali. Sua vida foi repleta de regalias, festas e viagens pelo mundo financiadas pelas suas atividades ilegais, que o acompanhavam desde a adolescência. Tudo isso foi parte da história de Marco Archer, cuja imagem foi atrelada à de um antigo "típico garoto carioca" para a mídia brasileira. Ele seria, então, punido pela sua carreira no narcotráfico - e pelas suas escolhas ambiciosas - após décadas de atividades criminosas fora do seu país.

O anúncio da execução de Archer surgiu como fato inesperado para líderes políticos e para o próprio réu - que, segundo ressaltou veementemente a imprensa brasileira, ainda acreditava que não seria executado. Isso porque ele contava com o apoio do governo brasileiro,

que lutava pela amenização da sua pena, de forma que ele continuasse preso – porém não fosse condenado à morte. Na última década, o governo brasileiro já tinha enviado seis cartas com o objetivo de interceder por Archer. O primeiro destes pedidos havia sido feito em março de 2005 pelo então presidente Lula da Silva, que clamava pela humanidade e pela amizade do chefe de Estado da Indonésia à época, Susilo Bambang Yudhoyono, apesar de reconhecer que Archer tivesse cometido graves crimes. Um novo apelo foi feito pela Presidente Dilma Rousseff em 2012, durante um encontro diplomático com Yudhoyono em Nova York. Assim, um pacto informal entre os dois governos evitara até então que o réu fosse executado, embora não houvesse expectativas de que ele fosse libertado. No entanto, a recente posse do presidente indonésio Joko Widodo, eleito no ano anterior, pôs fim ao atendimento dos pedidos a favor de Archer - sobretudo por conta do seu longo histórico no narcotráfico em Bali e da sua tentativa de fuga ao ser flagrado em Jacarta. A clemência presidencial é a única alternativa para salvar condenados à pena de morte na Indonésia.



Figura 2. Matéria publicada no G1



Figura 3. Matéria publicada na Folha Online

A revelação da história de Archer e a notícia da sua iminente execução rapidamente deram origem a intensos debates entre os brasileiros. Na internet, as matérias dos portais G1, Folha Online e Extra Online analisadas neste trabalho reuniram o total de 463 comentários de usuários da rede. Em meio à discussão sobre qual deveria ser o destino do traficante brasileiro entre os seus conterrâneos, tomou forma uma questão primeira e protagonista: “Marco Archer merece morrer?”. Para além da sua condenação pela Justiça indonésia, o debate social se pôs a cargo do julgamento de Archer com base na ofensa causada pelas suas ações criminosas – cometidas onze anos antes - à coletividade do seu país.

Conforme explicitado no primeiro capítulo, a reprovação passional no meio social é um fator-chave para legitimar a aplicação de punições pela Justiça criminal. Isso porque uma ação só é considerada criminosa quando é assim rotulada pela sociedade, que assume a postura de defesa dos seus próprios bens e das suas instituições contra as pessoas que podem ser consideradas seus inimigos. Assim, o respeito pela lei se torna uma demonstração pelo respeito às normas de convivência e de organização social. É neste mesmo sentido que Bourdieu (2002) estabelece o Direito como o poder simbólico por excelência - e, portanto, um dos instrumentos que dão conta da integração lógica e moral da sociedade. Tendo em vista a relação destes conceitos, é interessante observar a ressonância do discurso dos internautas brasileiros que concordavam com a execução de Archer pela Indonésia, a exemplo dos seguintes comentários registrados nas matérias analisadas neste trabalho:

Embora não temos o direito de tirar a vida de ninguém, eu acredito que para diminuir o tráfico de drogas no mundo somente agindo assim, pena de morte para estes traficantes que matam as pessoas e destroem famílias, eles não estão preocupados, porque iremos sentir pena deles, a diminuição destas pessoas com certeza irá diminuir e muito os crimes e roubos.
(16/01/2015 17h21 - Folha Online)

Aqui deveria valer a mesma regra para o trafico e para a corrupção, só não pode demorar mais de dez anos a execução.
(16/01/2015 18h48 - Folha Online)

Que se cumpra a lei.
(17/01/2015 10h09 - Folha Online)

O fuzilamento do brasileiro na Indonésia relembra-nos uma lição: o respeito às leis é o primeiro passo para ser um cidadão do mundo.
(17/01/2015 23h00 - Folha Online)

É muito triste e lamentável, mas lei é lei e tem que ser respeitada
(17/01/2015 - Extra Online)

Vítimas somos nós, brasileiros, desse Governo irresponsável, onde morrem milhares de brasileiros todo os anos por causa da corrupção, tráfico, latrocínio e outros.... (17/01/2015 - Extra Online)

NADA A LAMENTAR, ELE PROCUROU ESSE FIM. O Brasil deveria seguir esse exemplo, exterminar esses ratos do meio da Humanidade.
(17/01/2015 - Extra Online)

Arrasada eu ficaria se ele fosse uma VÍTIMA. Era criminoso, réu confesso, traficante. Merecia a morte. Que coisa que o brasileiro tem de canonizar quem morreu!!!!
(17/01/2015 - Extra Online)

Será qual canal vai transmitir ao vivo o fuzilamento. Vou preparar a carne, a cerveja, o carvão e convocar os amigos para assistirmos.
(17/01/2015 00h17 - Folha Online)

Nas observações dos leitores destacadas acima, fica clara a ideia de supremacia da lei como mecanismo de regulação social e de controle da conduta humana (*“para diminuir o tráfico de drogas no mundo somente agindo assim”*; *“Que se cumpra a lei”*; *“É muito triste e lamentável, mas lei é lei e tem que ser respeitada”*). O ideal da aplicação incondicional das normas jurídicas aqui evidenciado parte de um dos pressupostos primários do Direito Penal, conforme explicitado por Bourdieu (2002): o conteúdo destas regras não é passível de flexibilização, deixando de lado a influência de sentimentos ou crenças para a avaliação do réu. Marco Archer, ao ser flagrado, não deixou dúvidas de que efetivamente fosse o autor de ações criminosas. Portanto, consequentemente, se torna alvo dos julgamentos da Justiça indonésia – e, a partir do relato da sua história pela imprensa, é julgado também pela sociedade brasileira, que mantém sua discussão sobre o caso nos espaços de debate social disponibilizados pela própria mídia.

Além disso, torna-se possível identificar nos comentários aqui selecionados a constituição do imaginário de uma comunidade de brasileiros que, naturalmente, se considera em total oposição à figura dos criminosos do seu meio social – simbolizados, neste caso, por Marco Archer. A utilização da segunda pessoa do plural em diversos momentos deste debate – a exemplo de *“vítimas somos nós, brasileiros”* – solidifica a deslegitimação do *status* de cidadão àquele que comete crimes e ofende a sua sociedade. Por isso, é interessante notar que esta é uma boa ilustração do conceito de “solidariedade emocional da agressão”, trabalhado

por George Mead (1918). Uma população tão numerosa e diversificada quanto a do Brasil – nação essencialmente marcada pelas diferenças, como explorado no capítulo anterior – passa a ser representada, para estes discursos, pela parcela da sociedade que demanda a execução do brasileiro pela Indonésia. A punição pela infração das leis se constrói como causa comum a este imaginário de comunidade, que se une e interage, através do discurso passional, para reforçar a atitude de hostilidade contra o elemento considerado desviante pelo grupo.

Neste sentido, os clamores pela execução de Marco Archer apelam à força punitiva na busca pela prevenção contra práticas criminosas e, também, pela sensação de proteção social dentro do próprio país, que registra um histórico de altos índices de violência¹. Este fenômeno, em princípio, nos guia à compreensão prática do caráter de exigibilidade das normas jurídicas, conforme exposto por Junior e Dias (2010). A partir do momento em que se sente ofendida pelas violações legais cometidas por Archer, a sociedade brasileira reivindica seu direito de reclamar a atuação do Estado em sua defesa contra o elemento considerado ameaçador.

No entanto, é importante lembrar que o brasileiro estava preso há mais de uma década; portanto, a princípio, não representaria uma ameaça efetiva e direta à população do seu país de origem enquanto nesta condição. A sua salvação da pena de morte não levaria à sua saída do cárcere e, assim, Marco Archer não voltaria ao convívio com a sociedade brasileira. Logo, é possível reconhecer o forte sentido simbólico atribuído à condenação de Marco Archer - predominante sobre o seu sentido efetivamente racional -: o influente narcotraficante que construiu sua carreira em um país distante da sua terra natal acabou, na verdade, se tornando um símbolo da ameaça provocada pela criminalidade em geral à população no Brasil.

Torna-se possível perceber, então, o prevalecimento da lógica de disseminação do espírito de vingança, que se constrói sobre as tentativas do homem de encontrar um elemento que possa ser punido na causa do seu sofrimento de origens antigas, sob a justificativa da prática da justiça. No mesmo sentido, Fabris e Rocha (2013) ressaltam que o desejo de reação a um elemento criminoso do corpo social se relaciona ao instinto de conservação do homem diante da ideia do perigo, mas não necessariamente à nocividade do indivíduo em julgamento.

Bourdieu (2002) define tal processo de despertar da indignação moralizante no coletivo como um linchamento simbólico ao criminoso. Este fenômeno é especialmente significativo

¹ Segundo levantamento do Escritório sobre Drogas e Crime das Nações Unidas (UNODC), o Brasil passou a ser o 18º país mais violento no ranking internacional em 2012, contabilizando uma taxa de 27,4 assassinatos para cada 100 mil habitantes. No mesmo ano, o país registrou 50.108 homicídios, número equivalente a pouco mais dos 10% dos assassinatos cometidos em todo o mundo. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-50-mil-pessoas-foram-assinadas-no-brasil-em-2012-isto-equivale-a-10-dos-homicidios-no-mundo/>
Acesso em: 25 de janeiro de 2016

para o caso de Marco Archer, tendo em vista que o mesmo foi rotulado pelos seus conterrâneos como um criminoso digno de punição severa durante seu enclausuramento na Indonésia – onde estivera nos últimos onze anos, período em que esteve afastado do cotidiano brasileiro, sem acompanhamento midiático significativo para relatar ou discutir a sua história no Brasil. A ofensividade causada pela quebra das normas jurídicas levou à associação de Marco Archer à figura do bárbaro - que, como dito anteriormente por Junior e Dias (2010), é “perversa”, “moralmente corrompida” e “desprovida de freios inibitórios”. Assim, a sua execução passou a representar, na verdade, um instrumento para a satisfação da sede por justiça e do espírito de vingança brasileiros, sem garantir um bem social imediato e concreto à população do país, seguindo o pensamento de Mead (1918). É neste sentido que Fabris e Rocha (2013) argumentam sobre a irracionalidade do “populismo punitivo”, consequente do afloramento do espírito de vingança:

O fenômeno conhecido como ‘populismo punitivo’ toma sua forma e vira uma espécie de mercadoria política: as políticas criminais não mais visam uma forma racional e efetiva de prevenção e repressão à delinquência, e sim, uma forma de causar sofrimento ao criminoso, ser condenado a uma pena atroz para apaziguar este sentimento de vingança social, dando-se por satisfeita com o sofrimento alheio, mas não refletindo exatamente sobre o quão eficaz isto pode ser para reduzir o seu. (FABRIS & ROCHA, 2013, p. 12-13)

Assim, podemos perceber a força que a divisão maniqueísta dos comportamentos sociais - interpretados como pertencentes exclusivamente ao lado do bem ou do mal - pode alcançar em processos judiciais, como explicitaram Junior e Dias (2010). Em oposição aos indivíduos rotulados como criminosos, se posicionam as vítimas destas infrações - que sofrem com as consequências dos atos destes elementos desviantes. No contexto aqui trabalhado, este modelo de polarização separa os criminosos - então representados na figura de Archer aos olhos destes internautas - à comunidade de vítimas constituída pela população brasileira que, em diferentes medidas, é afetada diariamente pela violência. Em consequência, emerge a figura do Estado como o órgão responsável pela aplicação de punições aos infratores da lei - e, assim, a cobrança pela eficácia na proteção aos seus cidadãos que respeitam as normas de convivência social.

4.2. A corrida contra o tempo e o suplício do brasileiro arrependido

Os dias que antecederam a execução de Marco Archer fizeram crescer intensamente as expectativas dentre os brasileiros sobre qual seria a decisão final do governo da Indonésia, sobretudo nas últimas 36 horas antes da sua morte. Seus parentes e amigos intensificaram os esforços para libertá-lo, depois de anos de tentativas frustradas – que já haviam incluído uma campanha em seu favor nas redes sociais. Em meio à intensa repercussão do caso no Brasil, representações diplomáticas – como o Itamaraty e a Anistia Internacional – fizeram pedidos de clemência em favor de Archer, alegando que a soberania dos direitos humanos deveria superar a violência estatal. O governo brasileiro oficializou sua luta constante e estreita para salvar a vida de Marco Archer, alegando ter lançado mão de todas as possibilidades de ação que ainda existissem.

Este posicionamento do governo brasileiro foi alvo de duras críticas pela parcela da população do país que clamava pela aplicação da pena de morte ao traficante, conforme determinado pela Justiça indonésia. Contrariando a tendência de demanda por justiça e vingança ressonantes no discurso social, que exige a aplicação de penas sempre mais severas pelo Estado, a presidente Dilma Rousseff chegou a dirigir pessoalmente um apelo humanitário na véspera da data marcada para a execução de Marco Archer por meio de um telefonema ao presidente indonésio, Joko Widodo.² O país ainda emitiu um pedido de apoio do Vaticano como último recurso para tentar reverter o cenário desfavorável a Archer, mas não recebeu uma resposta e, conseqüentemente, não obteve sucesso para mudar a decisão do governo da Indonésia.

A luta do governo brasileiro pela sobrevivência de Marco Archer contribuiu significativamente para a ressonância de discursos críticos por parte dos membros da população que se reconhecem como membros da comunidade de vítimas dos incidentes diários de violência no país. Para muitos, esta iniciativa foi interpretada como uma segunda falha do Estado brasileiro em proteger seus cidadãos, sendo a primeira a sua incapacidade de prevenir os altos índices de práticas criminosas no país (*“Vítimas somos nós, brasileiros, desse Governo*

² O Brasil se coloca contra a pena de morte frente à comunidade internacional, em alinhamento ao posicionamento da Organização das Nações Unidas (ONU). A Constituição brasileira de 1988 proíbe a aplicação da pena de morte, “salvo nos casos de guerra declarada”, conforme determinado pelo Código Penal Militar de 1969. No entanto, este tipo de punição não é oficialmente aplicado no país desde o século XIX, quando a pena de morte foi retirada do Código Penal com a proclamação da República em 1889. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/apesar-de-abolida-pena-de-morte-ainda-tem-aplicacao-prevista-no-brasil.html> Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

irresponsável, onde morrem milhares de brasileiros todo os anos por causa da corrupção, tráfico, latrocínio e outros...”; “Arrasada eu ficaria se ele fosse uma VÍTIMA. Era criminoso, réu confesso, traficante”). Neste momento, torna-se evidente o protagonismo da figura da vítima na vida contemporânea, seguindo os preceitos os autores citados no segundo capítulo deste trabalho, além da instrumentalização do seu sofrimento para justificar a aplicação de penas violentas ao réu. O ressentimento originário da dor provocada pelos criminosos dentro das fronteiras brasileira torna-se, aqui, instrumento político-punitivo à dura penalização de Marco Archer.

Para além desta lógica que rege a disseminação do espírito de vingança na vida contemporânea, é interessante notar que a história de Marco Archer incitou um emblemático afloramento do fenômeno a que Reis (2013) denomina escândalo das impunidades. Segundo a autora, o discurso de revolta toma o meio social frente às supostas práticas permissivas do Estado, que passa a ser visto como cúmplice dos crimes que ameaçam a sociedade ao não aplicar punições suficientemente vingativas. Este processo pode ser visto em mais uma série de comentários deixados pelos leitores das matérias analisadas neste trabalho:

Ôh presidenta, não te falaram que lá não existe o jeitinho brasileiro, mas sim o cumprimento da lei, doa a quem doer? E se aqui se aplicasse a lei, quem sobraria? Alguém saberia responder? (18/01/2015 - 21h15 - Folha Online)

Se uma criatura dessa não quisesse a aplicação de uma pena severa, rígida e coerente com o crime praticado, que ficasse traficando e consumindo no Brasil!!! Aqui sim, as regras servem para serem descumpridas e o tráfico corre solto dentro e fora dos presídios!!! Vida longa ao Presidente da Indonésia!!! Uma vergonha o ato de presidenta (argh) de pedir clemência para um traficante contumaz e ousado em infringir as leis de um país sério!!! (18/01/2015 02h17- Folha Online)

Mas...o sujeito é um traficante!!! Já provocou muita desgraça no mundo, destruiu jovens e famílias. Não consigo entender essa discussão. Indonésia não é esse Brasil da impunidade total. (17/01/2015 11h41 - Folha Online)

Em primeiro lugar, as leis de lá estão sendo cumpridas e ponto final. O ilustre traficante sabia, mas imaginava que daria um jeitinho. (16/01/2015 17h57 - Folha Online)

Imagino que a suprema corte da Indonésia tenha respondido ao apelo afirmando textualmente à Dilma o seguinte: Isto aqui não é o Brasil e

portanto aqui não adotamos o "famoso" Jeitinho Brasileiro. (16/01/2015 17h49 - Folha Online)

Se ao invés de pedir clemência para criminosos, o governo do Brasil ou punisse da mesma forma, este país seria uma espécie de paraíso onde as pessoas de bem não teriam medo de sair às ruas, que seriam muito seguras. Mas, o que se pode esperar do petêrobás? Só mesmo ações no sentido de desarmar os cidadãos de bem, para facilitar aos criminosos. (17/01/2015 10h44 - Folha Online)

Os textos acima oferecem evidências à compreensão de um segundo fator que ganha notoriedade na formação do escândalo das impunidades, particularmente, para o Brasil. Trata-se da evocação negativa da expressão “jeitinho brasileiro”, que remete ao imaginário do predomínio das transgressões tipicamente macunaímicas na vida cotidiana do país. Isso porque, como exposto anteriormente, a dita falta de caráter moral do brasileiro, suposto elemento comum de uma nação marcada pelas diferenças, é frequentemente interpretada como uma atitude de irreverência desafiadora frente às leis de coexistência e à aplicação de punições pelo seu próprio Estado.

Em “O jeitinho brasileiro” (1992), Barbosa define a expressão da seguinte forma:

Para todos, grosso modo, o jeitinho é sempre uma forma ‘especial’ de se resolver algum problema ou situação difícil ou proibida; ou uma solução criativa para alguma emergência, seja sob a forma de burla a alguma regra ou norma preestabelecida, seja sob a forma de conciliação, esperteza ou habilidade. Portanto, para que uma determinada situação seja considerada jeito necessita-se de um acontecimento imprevisto e adverso aos objetivos do indivíduo. Para resolvê-la, é necessária uma maneira especial, isto é, eficiente e rápida para tratar do ‘problema’. Não serve qualquer estratégia. A que for adotada tem que produzir os resultados desejados a curtíssimo prazo. E mais, a não ser estas qualificações, nenhuma outra se faz necessária para se caracterizar o jeito. Não importa se a solução encontrada for definitiva ou não, ideal ou provisória, legal ou ilegal. (BARBOSA, 1992, p 32-33)

Desta forma, o “jeitinho” expressa, nas palavras do antropólogo Roberto DaMatta (1997), uma relação ruim com as leis que foram concebidas para serem aplicadas a todos os cidadãos irrestritamente, uma vez que o seu caráter universal seria o responsável por construir

os conceitos de legalidade e cidadania na vida diária. Por isso, em muitas vezes, assume o caráter de transgressão e se confunde com a corrupção.

É como se tivéssemos duas bases por meio das quais pensássemos o nosso sistema. No caso das leis gerais e da repressão, seguimos sempre o código burocrático ou a vertente impessoal e universalizante, igualitária, do sistema. Mas, no caso das situações concretas, daquelas que a ‘vida’ nos apresenta, seguimos sempre o código das relações e da moralidade pessoal, tomando a vertente do ‘jeitinho’, da ‘malandragem’ e da solidariedade como eixo de ação. Na primeira escolha, nossa unidade é o indivíduo; na segunda, a pessoa. (DAMATTA, 1997, p. 218)

Assim, embora o governo brasileiro não deixasse de reconhecer que Marco Archer cometeu graves crimes, a tentativa de defesa da vida do criminoso acabou por alimentar a propagação dos discursos que evidenciam o imaginário da não rigorosidade da aplicação das leis no país – que poderiam ser sempre contornadas com o “jeitinho” acima descrito. Este foi, também, um dos principais focos da imprensa no Brasil, que veiculou trechos de entrevistas com representantes do governo para retratar as expectativas de autoridades brasileiras quanto ao destino de Archer. Em entrevista, o assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, chegou a dizer que era necessário “esperar que um milagre possa reverter essa situação”.

Consequentemente, ganha força, neste contexto, a afirmação da suposta permissividade excepcional do Estado brasileiro frente aos autores de ações criminosas. Desta forma, o caso de Marco Archer pode ser considerado especialmente emblemático para a produção do escândalo das impunidades no Brasil. Isso porque o debate sobre a legitimidade da execução do traficante contrapôs, aos olhos do público brasileiro, duas representações investidas de aparências antagônicas: o governo indonésio - conhecido pela rigorosidade na punição ao tráfico de drogas - e as instituições judiciais brasileiras - que são frequente alvo de discursos de descredibilidade em sua missão de reguladores sociais, como registram as opiniões registradas na internet acima destacadas (*“Ôh presidenta, não te falaram que lá não existe o jeitinho brasileiro, mas sim o cumprimento da lei, doa a quem doer?”*; *“Indonésia não é esse Brasil da impunidade total”*; *“Isto aqui não é o Brasil e portanto aqui não adotamos o ‘famoso’ Jeitinho Brasileiro”*; *“Se uma criatura dessa não quisesse a aplicação de uma pena severa, rígida e coerente com o crime praticado, que ficasse traficando e consumindo no Brasil!!!”*).



Figura 4. Matéria publicada no portal Extra Online.



Figura 5. Artigo publicado no Extra Online

Assim, é interessante notar que a própria cobertura da imprensa brasileira, por sua vez, fez da associação de Marco Archer à figura do transgressor ousado e irreverente um elemento

de grande força narrativa. De acordo com diversas reportagens veiculadas no Brasil, o traficante não acreditava verdadeiramente que sofreria a pena de morte pelas consequências das suas ações deliberadas até os seus últimos momentos de vida, sobretudo por conta do respaldo oferecido pelo governo do seu país durante seus onze anos de cárcere. Mais uma vez, a imagem construída sobre o comportamento de Marco Archer é tida como um reflexo do imaginário da suposta histórica falta de credibilidade do Estado brasileiro em aplicar punições e efetivamente coibir os comportamentos amorais dos criminosos³ (*“O ilustre traficante sabia, mas imaginava que daria um jeitinho”; “Uma vergonha o ato de presidenta (argh) de pedir clemência para um traficante contumaz e ousado em infringir as leis de um país sério!!!”*). Desta forma, o ressentimento cultivado pela população sobre o imaginário da impunidade no sistema penal brasileiro acabou por intensificar a carga de reprovação social sobre a imagem que foi atribuída a Marco Archer – e, assim, contribuiu à sua rotulação como elemento desviante, digno de uma punição severa pelo Estado indonésio.

Neste mesmo sentido, o enredo da história do narcotraficante carregava a marca da identidade brasileira que o réu jamais deixara de lado durante sua carreira criminosa no exterior – segundo relatos da imprensa, Marco Archer era conhecido pelo apelido brasileiro de “Curumim”⁴ até o fim da vida. O tom desafiador do seu comportamento teria aumentado também o simbolismo da sua morte para o governo indonésio. Além disso, este havia sido também um dos traços mais marcantes do brasileiro durante o cárcere, enquanto ele afirmava acreditar que seria libertado da prisão, como retratou a Folha Online no dia 18 de janeiro de 2015:

“Olha só: quando eu sair daqui, vou até São Paulo e a gente se encontra.”

Preso em um país que impõe pena capital a traficantes, sem direito a recurso na Justiça e depois que dois presidentes indonésios haviam lhe

³ Apesar dos discursos que reafirmam o imaginário da impunidade no Brasil, o país tem a quarta maior população carcerária do mundo – ficando atrás somente da Rússia, da China e dos EUA. Segundo os dados mais recentes do Ministério da Justiça, 607 mil pessoas cumpriam pena nas prisões brasileiras em 2014, o que representa uma taxa de 300 pessoas para cada 100 mil habitantes. Destas pessoas, 27% haviam sido condenadas por tráfico de drogas. Em comparação a 2000, a população carcerária cresceu em 161% no Brasil e, se a taxa de prisões se mantiver no mesmo ritmo, 1 em cada 10 brasileiros estará preso até 2075, segundo o ministério. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1646639-com-607-mil-presos-brasil-tem-a-4-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml> Acesso em: 25 de janeiro de 2016

⁴ Segundo o Dicionário Ilustrado Tupi Guarani, “Curumim” é uma palavra de origem tupi e designa, de modo geral, as crianças indígenas. Disponível em: <http://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/curumim/> Acesso em: 05 de fevereiro de 2016

negado perdão, o carioca Marco Archer Cardoso Moreira, 53, fazia planos para o futuro ao falar com a Folha, por telefone, na terça (13).

(...)

Embora sonhasse com a liberdade, o brasileiro nunca esteve perto dela desde que foi preso, há 11 anos.

Em 2003, Marco tentou entrar com 13,4 kg de cocaína nos tubos de sua asa delta no aeroporto de Jacarta, capital do país. Flagrado, aproveitou a distração dos policiais e escapou, até ser recapturado duas semanas depois. Traficante e drogas por anos na rota Rio-Amsterdã-Bali, ele nunca havia sido pego.

Na Indonésia, condenados à morte já tiveram a pena alterada para 20 anos de cadeia. Mas o simbolismo do traficante brasileiro que desafiou as autoridades locais enterrou as suas chances.

Mesmo assim, por um período, o governo brasileiro chegou a dar como certo que Marco não seria morto. Era um compromisso firmado informalmente com Susilo Bambang Yudhoyono, presidente da Indonésia de 2004 a 2014. Marco não seria solto, mas tampouco fuzilado.

Quando Joko Widodo assumiu a Presidência, no ano passado, o pacto ruiu.

CHURRASCO NA PRISÃO

Além de não pensar na morte, outra característica de Marco Archer Cardoso Moreira era o bom humor colegial, incompatível com a sua situação.

Contava piadas, dizia fazer brincadeiras com os guardas e se vangloriava do churrasco preparado para o diretor do presídio. O otimismo contrastava com a realidade.

Marco era usuário de metanfetamina cristal, droga conhecida na Indonésia como shabu-shabu. Na prisão perdeu quase todos os dentes por falta de tratamento e estava nitidamente envelhecido. (...)

Apesar da imagem que lhe havia sido atribuída durante sua última semana de vida, Marco Archer pareceu recorrer a uma última estratégia para tentar se salvar da condenação à pena de morte. O brasileiro publicou um vídeo com as suas últimas palavras públicas aos seus conterrâneos. Esta atitude ganha sentido na medida em que, como dito anteriormente, a ofensividade causada por um infrator das leis à sua sociedade é fator-chave à sua rotulação como um elemento desviante. Por isso, seguindo esta lógica que permeia a vida contemporânea, ele afirmava seu desejo de voltar ao Brasil para pedir perdão à nação e incentivar a luta contra

as drogas entre os jovens. Em seu apelo pela compaixão da sua sociedade de origem, Marco Archer tentou recuperar seu *status* de cidadão, perdido ao ser estigmatizado como criminoso, e convencer os brasileiros de que, a partir de então, trabalharia na prevenção dos crimes que assolam o cotidiano do país. Como expuseram Junior e Dias (2010), o homem civilizado é aquele que se preocupa com seus semelhantes para garantir o convívio social pacífico – imagem que, instintivamente, o narcotraficante tenta construir para si mesmo em seu último discurso ao público.

Hoje é dia 13 de janeiro de 2015 e meu nome volta a circular nas notícias da televisão e do jornal. Meu pedido de clemência foi negado – o meu segundo pedido – e me encontro no corredor da morte. O meu nome está na lista destes 12 primeiros que serão executados. É um momento muito difícil para mim, estou sofrendo e eu sei que eu errei. Eu peço às autoridades do Brasil que intercedam pelo meu caso. Estou ciente de que cometi um erro gravíssimo, mas eu mereço mais uma chance porque todo mundo erra. O meu sonho é sair daqui, voltar para o Brasil e expor meu problema para os jovens que estão pensando em se envolver com drogas. Se você tem algum problema com a família ou alguma coisa, você não vai cometer este erro que eu cometi. Porque aqui as coisas vão ficar muito piores. É o que eu quero: voltar para o meu país. Pedir perdão a toda a minha nação e mostrar para estes jovens que a droga só leva a dois caminhos: ou à prisão ou à morte. O que passa pela minha cabeça é que eles botam uma venda no seu olho e você é executado a tiros. Não é com uma injeção letal ou nada disso. É uma maneira mesmo...meu Deus do céu, não dá nem para explicar. Mas eu tenho esperança e acredito mais uma vez que a minha estrela vai brilhar. Eu vou lutar até o fim porque minha vida não pode acabar dessa maneira. Uma maneira dramática é ser fuzilado aqui na Indonésia.⁵

No entanto, o pedido de clemência do brasileiro não foi acolhido pela Indonésia, que rebateu as críticas da comunidade internacional e pediu que as leis locais fossem respeitadas – em mais uma mostra da rigorosidade da força punitiva para o aparelho de Justiça do país. O impasse chegou a ser considerado um estremecimento nas relações diplomáticas entre o Brasil e a Indonésia. O brasileiro foi executado, com 53 anos, às 00h31 do dia 18 de janeiro na ilha de Nusa Kambangan – horário equivalente às 15h31 do dia 17 de janeiro em Brasília. Doze atiradores de elite se colocaram em forma de semicírculo a alguns metros do total de seis detentos que sofreram a mesma pena naquela noite. Depois da ordem do comandante, três dos

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0pRNIosBL4g> Acesso em: 05 de fevereiro de 2016

atiradores disparam contra os condenados, para que não fosse possível saber quais efetivamente foram os responsáveis pelas suas mortes.

Pouco mais de uma hora da morte de Archer, o Palácio do Planalto divulgou nota em nome da Presidente Dilma Rousseff, que se dizia “consternada e indignada” com o episódio. O posicionamento do governo brasileiro ressaltou que a pena de morte vinha sendo crescentemente condenada pela sociedade mundial e lamentou que os seus pedidos não tenham encontrado a acolhida do Chefe de Estado da Indonésia.

A Presidenta Dilma Rousseff tomou conhecimento – consternada e indignada – da execução do brasileiro Marco Archer ocorrida hoje às 15:31 horário de Brasília na Indonésia.

Sem desconhecer a gravidade dos crimes que levaram à condenação de Archer e respeitando a soberania e o sistema jurídico indonésio, a Presidenta dirigiu pessoalmente, na sexta-feira última, apelo humanitário ao seu homólogo Joko Widodo, para que fosse concedida clemência ao réu, como prevê a legislação daquele país.

A Presidenta Dilma lamenta profundamente que esse derradeiro pedido, que se seguiu a tantos outros feitos nos últimos anos, não tenha encontrado acolhida por parte do Chefe de Estado da Indonésia, tanto no contato telefônico como na carta enviada, posteriormente, por Widodo.

O recurso à pena de morte, que a sociedade mundial crescentemente condena, afeta gravemente as relações entre nossos países.

Nesta hora, a Presidenta Dilma dirige uma palavra de pesar e conforto à família enlutada.

O Embaixador do Brasil em Jacarta está sendo chamado a Brasília para consultas.

Por fim, é interessante notar que, durante os últimos dias de vida de Marco Archer, a cobertura da imprensa se tornou cada vez mais intensa a partir do anúncio da sua execução pelo governo da Indonésia no dia 15 de janeiro de 2015. Assim, o ápice do número de matérias publicadas nos portais digitais G1, Folha Online e Extra Online é atingido entre os dias 16 e 17 de janeiro, enquanto a imprensa resgatava a sua história e acompanhava as tentativas do réu e do governo brasileiro de reverter a condenação do narcotraficante à pena de morte, conforme mostra o gráfico a seguir:



Figura 6. Gráfico sobre a quantidade de matérias sobre o caso Marco Archer publicadas por Folha Online, Extra Online e G1 entre 15 e 22 de janeiro de 2015

Neste período, concentram-se 26 do total de 43 matérias publicadas por estes veículos aqui estudados. Mais uma vez, podemos perceber, portanto, o protagonismo do momento da aplicação da punição e do sofrimento ao criminoso para a lógica contemporânea em que se dissemina o espírito de vingança. Depois, a partir do dia 18 de janeiro, apenas um dia após a sua morte, o caso do brasileiro já começa a perder espaço nos jornais do seu país - e, também, no debate público, considerando que os comentários dos internautas sobre a sua morte também já se tornam notoriamente escassos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da repercussão da história do brasileiro Marco Archer, tal como foi relatada pela imprensa brasileira às vésperas da sua morte, nos permite observar a disseminação de discursos agressivos que demandam pela severa punição dos infratores das leis como um sintoma contemporâneo do afloramento do espírito de vingança pelo interior do corpo social. Como dito anteriormente, a característica mais intrigante da busca pela reparação dos danos decorrentes de uma ação criminosa neste cenário é a sua impossibilidade de efetivamente aliviar todo o ressentimento ancorado nos indivíduos elevados à condição de julgadores sociais dos transgressores. E, assim, a tendência é que os clamores pelas punições judiciais sejam sempre mais intensos e severos, sob a afirmativa da busca irremediável pela justiça, na medida em que esta carga de ressentimento nunca encontra alívio efetivo na vida cotidiana.

Neste sentido, a reflexão atenta a esta lógica oferece a chance de perceber que o processo de concretização dos princípios do Direito Penal pode, em muitos casos, alcançar níveis predominantemente vingativos – que, em última instância, deixam de lado o sentido estritamente racional, prático e efetivo da aplicação de punições judiciais na esfera da regulação social. Embora esta compreensão não tente invalidar todo o sistema de reparação de danos às vítimas construído ao longo de séculos, é um convite à irracionalização da lógica da agressão vingativa – já naturalizada por dentro dos caminhos da procura pela proteção social e pelo equilíbrio de forças na convivência humana.

Por isso, o caso da execução de Marco Archer pode ser considerado uma ilustração emblemática do poder da ofensividade coletiva sobre a formação da opinião pública - que se põe a cargo de julgar o réu e pedir pelo seu castigo. O brasileiro, que já estava preso há mais de uma década em um país tão distante quanto a Indonésia, não oferecia risco à população do seu país de origem enquanto no cárcere. A sua execução pelo governo indonésio não representaria, efetivamente, uma mudança abrupta em termos de segurança ou de prevenção ao crime na realidade prática da vida no Brasil – sobretudo considerando que a alternativa então proposta pelas instâncias representativas que tentavam impedir a sua morte seria a sua permanência perpétua na prisão. No entanto, isso não refreou a intensa escalada da repercussão do seu caso na imprensa brasileira ou impediu que tantas pessoas se declarassem a favor da sentença de morte do antigo traficante – embora tivessem à mão apenas seu nome, uma

coleção de imagens do seu período no cárcere e uma antiga história de crime internacional que chegava ao outro lado do mundo.

Assim, se torna possível questionar quais são os sentidos que, de fato, moveram tantos brasileiros a pedir fervorosamente pela execução de Marco Archer. A natureza simbólica da sua punição traz a resposta a esta compreensão, uma vez que, conforme sustentado anteriormente, é a forte ofensividade das suas ações criminosas que condena o brasileiro aos olhos dos seus conterrâneos. A figura de Marco Archer é associada, sob a visão do senso comum, à representação do conjunto de criminosos que, como um todo, são considerados uma ameaça à segurança e à convivência pacífica entre os cidadãos no Brasil, país que enfrenta históricos índices elevados de criminalidade. Com isso, ele passa a responder pela sua pressuposta escolha deliberada em pertencer ao grupo dos desviantes no meio social – ativando o ressentimento histórico da população contra os criminosos e, em especial, os traficantes de drogas. A partir de então, o brasileiro perde a legitimidade em participar do grupo que se reconhece como a comunidade de vítimas destes infratores para ser associado à figura tradicional do bárbaro: moralmente corrompido e distante do ideal de cidadania.

Para além desta dinâmica, a intensa cobertura dos últimos dias de vida de Marco Archer põe à mostra outros fatores capazes de influenciar a formação da opinião pública para este caso. Dentre eles, inclui-se a capacidade da imprensa em trazer à tona tão rapidamente a sua história aos espaços de debate social, que se tornou uma das principais pautas de discussão no país entre os dias 15 e 18 de janeiro de 2015. Da mesma maneira, os numerosos relatos jornalísticos na internet impulsionaram um grande número de comentários dos usuários da rede sobre as reviravoltas na corrida contra o tempo do traficante na tentativa de reverter seu destino em janeiro de 2015. Portanto, esta constitui-se como uma oportunidade de constatar a função da mídia como produtora de narrativas sociais e, conseqüentemente, de componentes protagonistas à formação da opinião pública neste contexto. Isso porque cabe aos meios de comunicação delimitar o recorte factual dos seus relatos e, então, atribuir significados aos seus elementos – investidos da capacidade de reproduzir e reforçar ideias que habitam o imaginário social.

No caso de Marco Archer, isto se torna claro na medida em que o seu retrato é construído a partir da sua trajetória criminosa – e, sobretudo, do seu período no cárcere – pela imprensa brasileira. Além disso, se torna relevante observar ainda a colaboração dos relatos da

mídia em criar uma narrativa forte e, por vezes, espetacular sobre as esperanças de Marco Archer em continuar vivo e, ainda, sobre a posição assumida pelo governo brasileiro ao interceder pelo traficante. Um dos exemplos máximos desta lógica pode ser evidenciado por meio das manchetes sobre “o milagre” aguardado pelas representações nacionais para salvar Marco Archer, conforme explicitado no capítulo anterior. Este destaque se tornou, então, um convite ao reforço do já antigo conceito de “jeitinho brasileiro”, considerado um dos fatores histórico-culturais atrelados à suposta prevalência da impunidade no sistema de Justiça do país – que, por sua vez, é tido, para os discursos aqui analisados, como permissivo demais e, portanto, ineficiente na aplicação das suas próprias leis.

Esta reação, por sua vez, se configura como mais um fator importante à difusão de clamores pela execução de Marco Archer, na medida em que a sua punição passa a ser vista como uma chance de contrariar a suposta tendência de permissividade do Estado brasileiro por meio da postura implacável do governo indonésio – e, conseqüentemente, de aliviar o ressentimento por trás desta concepção já arraigada no senso comum da população local. Assim, é interessante analisar o resgate do imaginário da impunidade no Brasil como uma prova da força simbólica exercida pela construção da narrativa da nação sobre a sua auto percepção enquanto organização social. Isso porque a revisitação negativa da expressão “jeitinho brasileiro” pode ser considerada um dos instrumentos da constituição social deste imaginário de impunidade e da própria identidade da nação – o que se torna perceptível pela sua frequente utilização nos discursos dos internautas e da própria imprensa, como anteriormente analisado.

Neste sentido, a apropriação da história de Marco Archer como um reflexo do imaginário da impunidade no Estado brasileiro faz do próprio narcotraficante mais um personagem da História brasileira – e, conseqüentemente, da auto constituição imaginária social do país. As suas transgressões deliberadas e a crença na sua própria libertação até o último minuto de vida acabam por evocar ressentimentos contra o sentido libertário da suposta falta de caráter moral do brasileiro – elemento tipicamente macunaímico há muito tido como característica comum a uma nação marcada pelas diferenças, tal como revela Mário de Andrade em uma das obras mais marcantes ao debate sobre a existência de uma identidade brasileira. Assim, a história de Marco Archer ganha sentido na medida em que a sua condenação oferece o convite a uma tentativa especialmente emblemática de aliviar o

sofrimento do homem de ressentimento brasileiro – que vive preso ao seu espírito de vingança particular enquanto tenta desvendar o seu país.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Ovídio de. *O procedimento da imanência em Deleuze*. Revista Alceu, v.5, n.9, 2004.

Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n9_abreu.pdf Acesso em: 05 de fevereiro de 2016.

ANDRADE, Mário. *A lição do amigo – cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade anotadas pelo destinatário*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

_____. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Edição crítica de Telê Porto Ancona Lopes. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, ciência e tecnologia, 1978.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Sistema Penal Máximo X Cidadania Mínima: códigos de violência na era da globalização*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

_____. *A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

ARISTOTÉLES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BALDO, Luiza Maria Lentz. *A identidade nacional: matizes românticos no projeto modernista*. Londrina: Revista Boitatá, v.1, 2006.

BARBOSA, Livia. *O jeitinho brasileiro – a arte de ser mais igual que os outros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao Direito Penal Brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOBBIO, Norberto. Teoria do ordenamento jurídico. Brasília: Editora UNB, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

CAMPELLO, A. E. B. B.. *O Poder Simbólico do Direito: Uma introdução ao estudo do direito pela obra de Pierre Bourdieu*. Revista Praedicatio, 2009.

CARVALHO, Salo de. *Anti-manual de criminologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *A Criação Histórica: o Projeto da Autonomia*. Porto Alegre: Palmarinca, 1991.

VON LISZT, Franz. *Tratado de direito penal alemão*. Vol 1. Tradução de José Hygino Duarte Pereira. Brasília: Senado Federal/Superior Tribunal de Justiça, 2006.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. *Conta de mentiroso – sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Critique et clinique*. Paris: Éditions de Minuit, 1993.

DELEUZE, G & GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.

_____. *Kafka. Para uma literatura menor*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. Os Pensadores - 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

ELIACHEFF & LARIVIÈRE, D.S. *El tipo de las víctimas*. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

FABRIS, Leonardo Prates & ROCHA, Álvaro Filipe Oxley da. *Sociedade, Mídia e Crime: a compreensão social dos Transgressores*. XIV Salão de Iniciação Científica PUCRS, v. 14, 2013.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal: parte geral*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o Direito*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a Genealogia e a História” In *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU ed., 1999

SANDEL, Michael J. *Justiça. O que é fazer a coisa certa*. Disponível em:

http://acispar.com.br/COMSUS_/mat-

[apoio/Justi%C3%A7a%20o%20que%20C3%A9%20fazer%20a%20coisa%20certa.pdf](http://acispar.com.br/COMSUS_/mat-apoio/Justi%C3%A7a%20o%20que%20C3%A9%20fazer%20a%20coisa%20certa.pdf)

Acesso em: 25 de janeiro em 2016.

GONÇALVES, Ricardo Juozepavicius. *Justiça, Direito e Vingança na Filosofia Moral de Friedrich Nietzsche*. Revista da Faculdade de Direito São Bernardo do Campo, n.20, 2014.

Disponível em: <http://www.ojs.fdsbc.servicos.ws/ojs/index.php/fdsbc/article/viewFile/35/21>

Acesso em: 05 de fevereiro de 2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

JUNIOR, Airto Chaves; DIAS, Maria da Graça dos Santos. *O controle penal dos excedentes: os fins não declarados do direito penal e da pena no estado contemporâneo*. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, 2010.

LESSA, Bianca & FORTUNA, Daniele Ribeiro. *A contemporaneidade em Macunaíma: diversidade cultural, identidade e transformação urbana*. Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades da Unigranrio, 2012.

Disponível em:

<http://publicacoes.unigranrio.com.br/index.php/reihm/article/viewFile/1919/927>

Acesso em: 05 de fevereiro de 2016

MEAD, George H. *The Psychology of Punitive Justice*. In: The American Journal of Sociology, Vol. 23, No 5. Chicago: The University of Chicago Press, 1918.

MELO, Osvaldo Ferreira de. *Temas atuais de Política do Direito*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor / CMCJ – UNIVALI, 1998.

MUNIZ, Larissa Casagrande Faller. *A configuração do jeitinho brasileiro em narrativas literárias*. Santa Cruz do Sul, 2009. Disponível em:

http://www.unisc.br/portal/images/stories/mestrado/letras/dissertacoes/2007/larissa_casagrande_faller_muniz.pdf Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Ecce Homo: como alguém se torna o que é*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PARSONS, Talcott. *The Social System*. Nova York, The Free Press of Glencoe, 1951.

PASCHOAL, A. E. A. *A Genealogia de Nietzsche*. Curitiba: Editora universitária Champagnat, 2005.

_____. *Má consciência e ressentimento: doença e promessa de futuro para o homem na filosofia de Nietzsche*. In: PEREZ, Daniel O. (Org.). *Filósofos e Terapeutas em torno da questão da cura*. São Paulo: Escuta, 2007.

_____. As formas do ressentimento na filosofia de Nietzsche. *Philosophos*, 13, jan/jun. 2008. Disponível em: http://filosofiadodesign.com/wp-content/uploads/2015/06/PASCHOAL_Ressentimento-em-Nietzsche.pdf
Acesso em: 05 de fevereiro de 2016.

REIS, Érika Figueiredo. *O que se quer quando se pede por justiça? / Sobre o Espírito de Vingança e a atualidade do Homem do Ressentimento*. Disponível em: http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/teses/2013/2013_t_ErikaReis.pdf
Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

SELL, Sandro César. *A etiqueta do crime: considerações sobre o “labeling approach”*, 2007. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13349-13350-1-PB.pdf>
Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

SZASZ, Thomas. *The Myth of Mental Illness*. Nova York: Paul B. Hoeber, 1961.

THOMAS, William Isaac; THOMAS, Dorothy Swaine. *The Child in America: behavior problems and programs*. Nova York: Knopf, 1928.

Web

ONU BRASIL. *ONU: 50 mil pessoas foram assassinadas no Brasil em 2012. Isto equivale a 10% dos homicídios no mundo*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-50-mil-pessoas-foram-assinadas-no-brasil-em-2012-isto-equivale-a-10-dos-homicidios-no-mundo/>
Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

TJRJ. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro recebeu quase 2 milhões de processos. Disponível: <http://srv85.tjrj.jus.br/publicador/noticiasweb> Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

G1 MUNDO. *Apesar de abolida, pena de morte ainda tem aplicação prevista no Brasil*. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/apesar-de-abolida-pena-de-morte-ainda-tem-aplicacao-prevista-no-brasil.html> Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), Junho de 2014*. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2015/11/080f04f01d5b0efebfbcf06d050dca34.pdf> Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

FOLHA ONLINE. *População carcerária cresce 7% ao ano e soma hoje 607 mil pessoas.* Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/06/1646639-com-607-mil-presos-brasil-tem-a-4-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml> Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

OPERA MUNDI. *Especialistas defendem fim da pena de morte no mundo.* Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/31716/especialistas+da+onu+defendem+fim+da+pena+de+morte+no+mundo.shtml> Acesso em: 25 de janeiro de 2016.